



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LVIII – Nº 14 – SÁBADO, 1º DE MARÇO DE 2003 – BRASÍLIA - DF

MESA		
<p>Presidente <i>José Sarney – PMDB – AP</i> 1º Vice-Presidente <i>Paulo Paim – PT – RS</i> 2º Vice-Presidente <i>Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO</i> 1º Secretário <i>Romeu Tuma – PFL - SP</i> 2º Secretário <i>Alberto Silva – PMDB –PI</i></p>	<p>3º Secretário <i>Heráclito Fortes– PFL – PI</i> 4º Secretário <i>Sérgio Zambiasi – PTB – RS</i></p> <p>Suplentes de Secretário <i>1º João Alberto Souza – PMDB – MA</i> <i>2º Serys Slhessarenko – PT – MT</i> <i>3º Geraldo Mesquita Júnior – PSB – AC</i> <i>4º Marcelo Crivella – PL – RJ</i></p>	
CORREGEDORIA PARLAMENTAR	PROCURADORIA PARLAMENTAR	
LIDERANÇAS		
<p>LIDERANÇA DO BLOCO DE APOIO AO GOVERNO - 24 (PT, PSB, PTB, PL)</p> <p>Líder <i>Tião Viana</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Antonio Cartos Valadares</i> <i>Magno Malta</i> <i>Fernando Bezerra</i> <i>Roberto Saturnino</i> <i>Ana Júlia Carepa</i> <i>Flávio Arns</i> <i>Idelt Salvatti</i> <i>Geraldo Mesquita Júnior</i></p> <p>LIDERANÇA DO GOVERNO</p> <p>Líder <i>Aloizio Mercadante</i></p> <p>Vice-Líder <i>João Capiberibe</i></p>	<p>LIDERANÇA DO PMDB - 20</p> <p>Líder <i>Renan Calheiros</i></p> <p>Vice-Líderes</p> <p>LIDERANÇA DO PFL - 18</p> <p>Líder <i>José Agripino</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Leomar Quintanilha</i> <i>Paulo Octávio</i> <i>Demóstenes Torres</i> <i>Efraim Moraes</i> <i>Rodolpho Tourinho</i></p>	<p>LIDERANÇA DO PSDB – 12</p> <p>Líder <i>Arthur Virgílio</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Romero Jucá</i> <i>Antero Paes de Barros</i> <i>Lúcia Vânia</i> <i>Leonel Pavan</i></p> <p>LIDERANÇA DO PDT - 4</p> <p>Líder <i>Jefferson Péres</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Almeida Lima</i> <i>Álvaro Dias (1)</i></p> <p>LIDERANÇA DO PPS – 3</p> <p>Líder <i>Mozarildo Cavalcanti</i></p> <p>Vice-Líder <i>Patricia Saboya Gomes</i></p>

(1) licenciado

EXPEDIENTE	
<p><i>Agaciel da Silva Maia</i> Diretor-Geral do Senado Federal <i>Júlio Werner Pedrosa</i> Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações <i>José Farias Maranhão</i> Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p><i>Raimundo Carreiro Silva</i> Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal <i>Sérgio Castro</i> Diretor da Subsecretaria de Ata <i>Denise Ortega de Baere</i> Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

Atualizado em 26. 02. 2003

SUMÁRIO

SENADO FEDERAL

1 – ATA DA 9ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 28 DE FEVEREIRO DE 2003

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Mensagem do Presidente da República

Nº 15, de 2003-CN (nº 61/2003, na origem), encaminhando o relatório de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário fixada para as empresas estatais federais não financeiras, de conformidade com a Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão (Juntada ao processado da Mensagem nº 125, de 2002-CN). À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. 02847

1.2.2 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 49, de 2003, de autoria do Senador Ney Suassuna, que dispõe sobre repasse de verbas do Governo Federal para a construção de unidades penitenciárias nos Estados da Federação e Distrito Federal e dá outras providências. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa. 02847

Projeto de Lei do Senado nº 50, de 2003, de autoria do Senador Ney Suassuna, que dispõe sobre a transferência de presos entre os Estados da Federação e o Distrito Federal e dá outras providências. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa. 02848

1.2.3 – Leitura de requerimento

Nº 68, de 2003, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando que o Projeto de Lei do Senado nº 247, de 2002, de autoria do Senador Antonio Carlos Júnior, que dispõe sobre o investimento em ações com recursos depositados em contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), seja submetido ao exame da Comissão de Assuntos Sociais, além da Comissão constante do despacho inicial. Será incluído em Ordem do Dia oportunamente. 02848

1.2.4 – Projetos recebidos da Câmara dos Deputados

Projeto de Decreto Legislativo nº 5, de 2003 (nº 2009/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Educacional Comendador Avelar Pereira de Alencar para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Sete Lagoas, Estado de Minas Gerais. À Comissão de Educação. 02848

Projeto de Decreto Legislativo nº 6, de 2003 (nº 2.127/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Seara – ACS a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Várzea da Palma, Estado de Minas Gerais. À Comissão de Educação. 02851

1.2.5 – Comunicações da Presidência

Fixação do prazo de quarenta e cinco dias para tramitação e cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Comissão de Educação, aos Projetos de Decreto Legislativo nºs 5 e 6, de 2003, lidos anteriormente. 02854

Término do prazo, ontem, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 109, de 2002, de autoria do Senador Antonio Carlos Júnior, que autoriza o Poder Executivo a criar o Programa Especial de Ressocialização dos Moradores de Rua e dá outras providências, aprovado em decisão terminativa pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. À Câmara dos Deputados. ... 02854

Término do prazo, ontem, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 231, de 2002, de autoria dos Senadores José Sarney e Bello Parga, que autoriza o Poder Executivo a doar imóveis que menciona, aprovado em decisão terminativa pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. À Câmara dos Deputados. 02854

1.2.6 – Discursos do Expediente

SENADORA SERYS SLHESSARENKO – Registro da liberação de recursos pelo Ministro dos Transportes para a recuperação emergencial

de rodovias federais no Estado de Mato Grosso. Defesa da reserva às mulheres de 30% das vagas de candidaturas por ocasião de eleições em qualquer instância de poder. Justificativas à criação, nesta Casa, da Comissão de Direitos Humanos e Questões de Gênero. Comemoração, em 8 de março, do Dia Internacional da Mulher. Homenagem póstuma ao jornalista de Mato Grosso, Antônio de Pádua, recentemente falecido.

02855

SENADOR PAULO PAIM – Considerações sobre projetos de lei de autoria de S. Exª a respeito do incentivo ao desenvolvimento de agronegócios, do Estatuto da Igualdade Social e Racial, e da questão das cotas destinadas aos negros e afrodescendentes.

02859

1.2.7 – Comunicações da Presidência

Recebimento do Recurso nº 4, de 2003, subscrito pelo Senador Aloizio Mercadante e outros Senadores, interposto no prazo regimental, no sentido de que o Projeto de Lei do Senado nº 2, de 2000, de autoria do Senador Roberto Saturnino, que estabelece restrições ao financiamento pelo BNDES a pessoas jurídicas cujo poder de controle seja detido por pessoas físicas ou jurídicas residentes ou domiciliados no exterior, alterando a Lei nº 1.628, de 20 de junho de 1952, seja submetido ao exame do Plenário do Senado Federal (Tramitando em conjunto com o

Projeto de Lei do Senado nº 21, de 2000). À publicação.

02866

Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei do Senado nº 2, de 2000 (Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 21, de 2000).

02866

1.2.8 – Discurso do Expediente (Continuação)

SENADOR PEDRO SIMON – Comentários à posição do presidente George W. Bush diante da iminente declaração de guerra dos EEUU ao Iraque. Significado para o Brasil e comunidade internacional da vitória de Lula à Presidência da República.

02866

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – SECRETARIA-GERAL DA MESA

Resenha das matérias apreciadas pelo Senado Federal no período de 17 a 28 de fevereiro de 2003 e correspondência expedida.

02871

3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52ª LEGISLATURA

4 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

5 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

6 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Ata da 9ª Sessão não Deliberativa, em 28 de fevereiro de 2003

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. José Sarney, Paulo Paim e da Sra. Serys Slhessarenko

(Inicia-se a sessão às 9 horas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, o Expediente que será lido pela Srª 1ª Secretária em exercício, Senadora Serys Slhessarenko.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE

MENSAGEM DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Nº 15, de 2003-CN (nº 61/2003, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do § 2º do art. 18 da Lei nº 10.266, de 24 de julho de 2001, o relatório de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário fixada para as empresas estatais federais não financeiras, de conformidade com a Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão.

A Mensagem lida, juntada ao processo da Mensagem nº 125, de 2002-CN, vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – O Expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, projetos de lei que serão lidos pela Srª 1ª Secretária em exercício, Senadora Serys Slhessarenko.

São lidos os seguintes

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 49, DE 2003

“Dispõe sobre repasse de verbas do Governo Federal para a construção de unidades penitenciárias nos Estados da Federação e Distrito Federal, e dá outras providências”.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Governo Federal somente dará assistência financeira aos Estados e ao Distrito Federal para a construção de penitenciárias em áreas afastadas dos centros urbanos.

Art. 2º É condição indispensável que as penitenciárias urbanas desativadas em decorrência da aplicação desta lei sejam transformadas em escolas públicas.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

As modernas técnicas de execução penal recomendam que os presídios, ou seja, os estabelecimentos penais destinados a presos ainda não definitivamente condenados, devem situar-se em locais próximos daqueles onde se realizem os atos processuais.

Outrossim, no que concerne às penitenciárias – prisões destinadas a indivíduos já convictos por sentença irrecorrível – a recomendação é oposta: sua localização deve privilegiar as áreas afastadas dos centros urbanos.

Daí a oportunidade da proposta que ora encaminho no tocante à contemporaneidade do processo decisório para a localização espacial de novas unidades e à utilização das transferências da União como instrumento básico dessa reformulação, em consonância às modernas técnicas de execução penal.

Finalmente, a transformação das unidades desativadas em escolas públicas, além do forte componente simbólico embutido na ação, propiciará vantagens marginais, em termos de ofertas de novas vagas no setor público, cuja necessidade é impossível de ser ignorada face às carências estruturais das escolas comunitárias.

À oportunidade, vale registrar que apresentei esta mesma proposição em Legislatura anterior (PLS nº 4/93), sem, contudo, vê-la prosperar, o que espero aconteça nesta Legislatura, haja vista o seu alcance social e impacto no desmantelamento das quadrilhas que hoje penalizam os grandes centros urbanos.

Sala das Sessões, 28 de fevereiro de 2003. –
Senador **Ney Suassuna**.

*(À Comissão de Constituição, Justiça e
Cidadania – decisão terminativa.)*

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 50, DE 2003**

**“Dispõe sobre a transferência de
presos entre os Estados da Federação e o
Distrito Federal e dá outras providências.”**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam os Estados da Federação e o Distrito Federal autorizados a efetuar entre si, em caráter extraordinário, a transferência de presos condenados por sentença transitada em julgado, sempre que tal medida for necessária à desarticulação do crime organizado, à garantia da paz pública ou à segurança dos condenados, sem prejuízo dos casos previstos na Lei de Execução Penal.

§ 1º A transferência a que se refere o **caput** deste artigo não poderá exceder a um terço do tempo total da condenação do transferido.

§ 2º A transferência será efetuada em razão de decisão do Juiz da execução mediante provocação da autoridade penitenciária, ouvido sempre o Ministério Público.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A existência de grupos de crime organizado, a exemplo da Máfia e Cosa Nostra, na Itália, Comando Vermelho e outros no Brasil, cuja operação pressupõe o comando emitido no interior das prisões é hoje um fenômeno existente em todo o mundo, sendo que os casos citados servem de referência irretorquível.

Tal fenômeno aliado à crítica da superlotação dos presídios e à inadequação do aparato legal vigente, no que tange à redistribuição dos presos e à consequente frustração dos “feudos” que se encastelaram no eixo Rio-São Paulo, autoriza a busca de soluções alternativas que, ademais, amenizariam a questão da superlotação – Carandiru em São Paulo e Frei Caneca no Rio de Janeiro são emblemáticos – e os seus quase sempre trágicos desdobramentos.

A despeito da sua utilidade social, não se tem notícia de nenhuma proposta nesse sentido ter sido formalizada, de modo a deflagrar um debate cujo adiantamento não encontra respaldo na caótica situação da criminalidade nos grandes centros urbanos.

Dentro deste contexto é que venho colocar à apreciação desta Casa a possibilidade de correção de nossa legislação executiva penal, nos moldes da legislação italiana, que, para resguardo dos direitos fundamentais, estabelece, o seu caráter extraordinário, não podendo exceder a um terço da pena.

Por derradeiro, vale registrar que apresentei esta mesma proposição em legislatura anterior, quando de meu primeiro mandato (PLS nº 3/93), não tendo todavia, a despeito da sua inquestionável importância, logrado vê-la aprovada.

Sala das Sessões, 28 de fevereiro de 2003. –
Senador **Ney Suassuna**.

*(À Comissão de Constituição, Justiça e
Cidadania – decisão terminativa.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Os projetos lidos serão publicados e remetidos à Comissão competente.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pela Srª 1ª Secretária em exercício, Senadora Serys Slhessarenko.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 68, DE 2003

Requeiro, nos termos do item 12, alínea **c**, inciso II, do art. 255 do Regimento Interno do Senado Federal, que o Projeto de Lei do Senado nº 247, de 2002 que “dispõe sobre o investimento em ações com recursos depositados em contas vinculadas do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)”, seja submetido ao exame da Comissão de Assuntos Sociais, além da comissão constante do despacho inicial.

Sala das Sessões, 28 de fevereiro de 2003. –
Senador **Romero Jucá**.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – O requerimento lido será publicado e, oportunamente, incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 255, inciso II, alínea “**c**”, item 12, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, projetos de decreto legislativo recebidos da Câmara dos Deputados e que serão lidos pela Srª 1ª Secretária em exercício, Senadora Serys Slhessarenko.

São lidos os seguintes

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 5, DE 2003**

(Nº 2.009/2002, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga concessão à Fundação Educacional Comenda-

dor Avelar Pereira de Alencar para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Sete Lagoas, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 15 de abril de 2002, que outorga concessão à Fundação Educacional Comendador Avelar Pereira de Alencar para executar, por quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Sete Lagoas, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 338, DE 2002

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição Federal submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações o ato constante do Decreto de 15 de abril de 2002, que "Outorga concessão às entidades que menciona, para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens com fins exclusivamente educativos, e dá outras providências". As entidades mencionadas são as seguintes:

1 – Fundação Cultural Agenor Zanon, na cidade de Linhares – ES;

2 – Fundação Ministério Comunidade Cristã, na cidade de Goiânia – GO;

3 – Fundação Educacional Comendador Avelar Pereira de Alencar, na cidade de Sete Lagoas – MG; e

4 – Fundação Veneza de Rádio e TV Educativa, na cidade do Rio de Janeiro – RJ.

Brasília, 3 de maio de 2002. – **Fernando Henrique Cardoso.**

MC Nº 360 EM

Brasília, 26 de março de 2002

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à consideração de Vossa Excelência o incluso projeto de decreto que trata da outorga de concessão às entidades abaixo relacionadas, para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, nas localidades e Unidades da Federação indicadas:

- Fundação Cultural Agenor Zanon na cidade de Linhares, Estado do Espírito Santo (Processo nº 53000.002350/00);

- Fundação Ministério Comunidade Cristã na cidade de Goiânia, Estado de Goiás (Processo nº 53000.000704/02);

- Fundação Educacional Comendador Avelar Pereira de Alencar, na cidade de Sete Lagoas, Estado de Minas Gerais (Processo nº 53710.000154/01);

- Fundação Veneza de Rádio e TV Educativa, na cidade do Rio de Janeiro, Estado Rio de Janeiro (Processo nº 53000.005385/00).

2. De acordo com o art. 14, § 2º do Decreto-lei nº 236 de 28 de fevereiro de 1967 e com o § 1º do art. 13 do Regulamento de Serviços de Radiodifusão aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996 não dependera de edital a outorga para execução de serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos.

3. Cumpre ressaltar que os pedidos se encontram devidamente instruídos, de acordo com a legislação aplicável, demonstrando possuírem as entidades as qualificações exigidas para a execução do serviço.

4. Esclareço que, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado dos processos correspondentes.

Respeitosamente, – **Pimenta da Veiga**, Ministro de Estado das Comunicações.

DECRETO DE 25 DE ABRIL DE 2002

Outorga concessão às entidades que menciona para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, **caput** da Constituição, e 34, § 1º da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e tendo em vista o disposto no art. 14, § 2º do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967 e no § 1º do art. 13 do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963,

Decreta:

Art. 1º Fica outorgada concessão às entidades abaixo mencionadas, para executar pelo prazo de

quinze anos. sem direito de exclusividade serviço de radiodifusão de sons e imagens. com fins exclusivamente educativos:

I – Fundação Cultural Agenor Zanon, na cidade de Linhares, Estado do Espírito Santo (Processo nº 53000.002350/00);

II – Fundação Ministério Comunidade Cristã, na cidade de Goiânia, Estado de Goiás (Processo nº 53000.000704/02);

III – Fundação Educacional Comendador Avelar Pereira de Alencar, na cidade de Sete Lagoas, Estado de Minas Gerais (Processo nº 53710.000154/01)

IV – Fundação Veneza de Rádio e TV Educativa, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 53000.005385/00);

Parágrafo Único. As concessões objeto deste decreto reger-se-ão pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pelas outorgadas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Os contratos decorrentes destas concessões deverão ser assinados dentro de sessenta dias, a contar da data da publicação da deliberação de que trata o art. 2º sob pena de tornarem-se nulos, de pleno direito, os atos de outorga.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 15 de abril de 2002; 181º da Independência e 114º da República. – **Fernando Henrique Cardoso.**

PARECER Nº 60/2002

REFERÊNCIA: Processo nº 53710.000154/01

INTERESSADA: Fundação Educacional Comendador Avelar Pereira de Alencar

ASSUNTO: Outorga de serviço de radiodifusão.

EMENTA: Independe de edital a outorga para serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos.

– Atendimento das exigências estabelecidas no Regulamento dos Serviços de Radiodifusão e na Portaria Interministerial nº 651/99.

CONCLUSÃO: Pelo deferimento

I – Os Fatos

A Fundação Educacional Comendador Avelar Pereira de Alencar, com sede na cidade de Sete Lagoas, Estado de Minas Gerais, requer lhe seja outorgada concessão para executar o serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, naquela cidade, mediante a utilização do canal 58 E, previsto no Plano Básico de Distribuição de Canais do referido serviço.

2. Trata-se de fundação de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira, cujo objetivo principal é promover, mediante concessão ou permissão, programas informativos, culturais e recreativos pela TV e outros meios de comunicação.

3. Para atender aos requisitos estabelecidos pela legislação de radiodifusão, a entidade apresentou toda a documentação pertinente.

4. A escritura pública com o estatuto social da entidade encontra-se devidamente matriculada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, Livro “A – 6”, sob o nº 1.682, aos 27 dias do mês de agosto de 1993, na cidade de Sete Lagoas, Minas Gerais, atendendo a todos os requisitos dispostos no Código Civil brasileiro e na legislação específica de radiodifusão.

5. O cargo de Diretor Presidente, que terá mandato de quatro anos, de acordo o artigo 19 do Estatuto da entidade, está ocupado pelo Sr. Marcelo Barbosa Azeredo, cabendo a ele representação ativa e passiva da Fundação, nos atos de sua administração.

6. Estão previstos também, os cargos de Diretor Vice-Presidente, ocupado pelo Sr. Geraldo Donizete de Carvalho, de Diretor-Geral, ocupado pelo Sr. Roberto das Neves Belleza, de Diretor Administrativo e Financeiro, ocupado pela Sra. Vânia Maria Dias Moreira e Silva e de Diretor Jurídico, ocupado pelo Sr. Edson Pereira dos Santos.

II – Do Mérito

7. A outorga de permissão, concessão e autorização para executar serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens está admitida na Constituição Federal (art. 21, inciso XII, alínea a).

8. É também a Carta Magna, em seu art. 223, que atribui ao Poder Executivo competência para outorgar concessão, permissão e autorização para o referido serviço, ao tempo em que condiciona a eficácia do correspondente ato à deliberação do Congresso Nacional.

9. O Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outo-

bro de 1963, em seu art. 13, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, publicado no **DOU** de 26 subsequente, dispensa a publicação de edital para a outorga de serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos.

“Art. 13

(...)

§ 1º É dispensável a licitação para outorga para execução de Serviços de Radiodifusão com fins exclusivamente educativos.”

10. A documentação instrutória concernente à entidade e aos seus diretores está em ordem. A entidade encaminhou a declaração prevista na Portaria Interministerial nº 651, de 15 de abril de 1999, publicada no **DOU** de 19 de abril de 1999.

11. O deferimento da outorga pretendida não implicará descumprimento dos limites fixados pelo Decreto-Lei nº 236/67, quanto aos diretores, conforme declarações firmadas por eles, juntadas às fls. 86, 98, 110, 122 e 134, dos presentes autos.

III – Conclusão

Estando o processo devidamente instruído, em conformidade com os dispositivos legais que regem os serviços de radiodifusão, concluo pelo deferimento do pedido, sugerindo que os autos sejam encaminhados ao Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão para prosseguimento.

O ato de outorga dar-se-á por decreto presidencial, em razão de se tratar do serviço de radiodifusão de sons e imagens, conforme dispõe a legislação específica.

Posteriormente à decisão da outorga, o processo deverá ser encaminhado ao Congresso Nacional, onde o ato de outorga será apreciado conforme dispõe a Constituição Federal (art. 223).

É o parecer **sub-censura**.

Brasília, 14 de março de 2002. – **Fernando Sampaio Netto**, Assessor Jurídico.

De acordo. À consideração do Sr. Diretor do Departamento de Outorga de Serviço de Radiodifusão.

Brasília, 14 de março de 2002. – **Napoleão Valadares**, Coordenador-Geral de Outorga.

À consideração do Sr. Secretário de Serviço de Radiodifusão

Brasília de 14 de março de 2002. – **Hamilton de Magalhães Mesquita**, Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão.

Encaminhem-se os autos à douta Consultoria Jurídica, para prosseguimento.

Brasília, 14 de março de 2002. – **Antonio Carlos Tardeli**, Secretário de Serviços de Radiodifusão.

(À Comissão de Educação.)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 6, DE 2003

(nº 2.127/2002, na Câmara dos Deputados)

Aprova o que autoriza a Associação Comunitária Seara – ACS a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Várzea da Palma, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 79, de 29 de janeiro de 2002, que autoriza a Associação Comunitária Seara – ACS a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Várzea da Palma, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 205, DE 2002

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações para executar, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos e entidades:

1 – Portaria nº 753, de 6 de dezembro de 2001 – Associação Comunitária e Cultural de Lagoa da Prata – ACLAP, na cidade de Lagoa da Prata – MG;

2 – Portaria nº 814, de 21 de dezembro de 2001 – Associação Comunitária dos Amigos de Lassance, na cidade de Lassance – MG;

3 – Portaria nº 818, de 21 de dezembro de 2001 – Associação de Desenvolvimento Comunitário e Cultural de Senador Salgado Filho, na cidade de Senador Salgado Filho – RS;

4 – Portaria nº 79, de 29 de janeiro de 2002 – Associação Comunitária Seara – ACS, na cidade de Várzea da Palma – MG;

5 – Portaria nº 82, de 29 de janeiro de 2002 – Associação Beneficente Cultural de Comunicação Comunitária de Marapoama, na cidade de Marapoama – SP;

6 – Portaria nº 85, de 29 de janeiro de 2002 – Associação de Difusão Comunitária Ouro Verde, na cidade de Ouro Verde – SP;

7 – Portaria nº 88, de 29 de janeiro de 2002 – Associação Comunitária Católica de Radiodifusão Belavistense, na cidade de São Sebastião da Bela Vista – MG; e

8 – Portaria nº 89, de 29 de janeiro de 2002 – Associação Comunitária e Cultural Rio das Pedras, na cidade de Quirinópolis – GO.

Brasília, 1º de abril de 2002. – **Fernando Henrique** Cardoso.

MC 00114 EM

Brasília, 7 de fevereiro de 2002

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,
Encaminho a Vossa Excelência Portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que, a entidade Associação Comunitária Seara – ACS, cidade de Várzea da Palma, Estado de Minas Gerais explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o **caput** do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração de informações benéficas em todos os seguimentos, e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, determinei análises técnica e jurídica da petição apresentada, constatando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada nos autos do Processo Administrativo nº 53710.001071/98, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos educacionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais

somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente. – **Pimenta da Veiga**, Ministro de Estado das Comunicações.

PORTARIA Nº 79, DE 29 DE JANEIRO DE 2002

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto nos artigos 10 e 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53710.001071/98, resolve:

Art. 1º Autorizar a Associação Comunitária Seara – ACS, com sede na Rua “H”, nº 1.429, bairro Jardim América, na cidade de Várzea da Palma, Estado de Minas Gerais, a executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade.

Art. 2º Esta autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 3º A entidade fica autorizada a operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 17º36’26”S e longitude em 44º44’15”W, utilizando a frequência de 104,9 MHz.

Art. 4º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Pimenta da Veiga**.

RELATÓRIO Nº 315/2001-DOSR/SSR/MC

REFERÊNCIA: Processo nº 53.710.001.071/98 de 16-9-1998.

OBJETO: Requerimento de outorga de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

INTERESSADO: Associação Comunitária Seara ACS, localidade de Várzea da Palma, Estado de Minas Gerais.

I – Introdução

1. A Associação Comunitária Seara – ACS, inscrita no CNPJ sob o número 2.387.204/0001-52, Estado de Minas Gerais, com sede na Rua H, 1.429, Bairro Jardim América, Cidade de Várzea da Palma, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, por meio de requerimento datado de

14.09.1998, subscrito por representante legal, demonstrando interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade que indica.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso publicado no Diário Oficial da União – DOU, de 18 de março de 1999, Seção 3, que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. A requerente, por final, solicita “a designação de canal para a prestação do serviço, nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998”, apresentando ao Ministério a documentação constante dos presentes autos.

II – Relatório

- atos constitutivos da entidade/documentos acessórios

4. O Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão, por determinação do Senhor Secretário de Serviços de Radiodifusão, passa ao exame do pleito formulado pela requerente, consubstanciado na Petição de folha 1, bem como a documentação apresentada, relatando toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de março 1998 e Norma nº 2, de 6 de agosto 1998.

5. A requerente, como mencionado na introdução (item 1), ao demonstrar interesse em explorar o serviço, faz indicação da localidade onde pretende instalar seus equipamentos transmissores, complementando com o endereço da respectiva estação e coordenadas geográficas, além de pedir a designação de canal para a prestação do serviço, atendendo os requisitos do item 6.4 da Norma Complementar nº 2/98 e, ainda, juntando a documentação necessária.

6. A documentação (item 6.7 e incisos, da Norma nº 2/98), está contida nos autos, correspondendo ao seguinte:

- Estatuto Social;
- ata de constituição e eleição de dirigentes
- declarações e comprovantes relativos a responsabilidades e obrigações de dirigentes, enquanto vinculados à entidade, em face dos ditames legais pertinentes;
- manifestações de apoio da comunidade;

- plantas de arruamento, com indicação do local de instalação do sistema irradiante, e respectivas coordenadas geográficas;

- informações complementares de dirigentes da entidade, como declaração de residência e declaração de fiel cumprimento às normas, recolhimento da taxa de cadastro e cópias de documentos pessoais.

7. Toda a documentação mencionada está contida no intervalo de folhas 5 a 128 dos autos.

8. Analisados os documentos apresentados inicialmente e após o cumprimento de exigências, este Departamento constatou conformidade legal e normativa, pelo que passa a examinar as informações técnicas de relevância.

III – Relatório

- informações técnicas

9. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1km, com centro localizado na Rua H, 1.429, Bairro Jardim América 1, Cidade de Várzea da Palma, Estado de Minas Gerais, de coordenadas geográficas em 17º 36' 26" S de latitude e 44º 44' 15" W de longitude, consoantes aos dados constantes no aviso no **DOU** de 18 de março de 1999, Seção 3.

10. A análise técnica desenvolvida, demonstra que, as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 48 a 51, denominado de “Roteiro de Análise Técnica de RadCom”.

11. O mesmo documento trata de outros dados, conforme se segue:

- informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE;
- compatibilização de distanciamento do canal;
- situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena;
- planta de arruamento, endereços da sede e do sistema irradiante;
- outros dados e conclusão.

12. Seguiram-se diligências para apresentação de alteração estatutária, documentação elencada no subitem 6.7 incisos II, III, IV, V e VIII da Norma 2/98, CNPJ da requerente, comprovante de válida existência das Entidades que manifestaram apoio à iniciativa da requerente, declaração do endereço da sede da Entidade, planta de arruamento, bem como do subitem 6.11, (Projeto Técnico) e adequação do mesmo à Norma 2/98 (fls. 58 a 128).

13. Cumpridas as exigências, foi expedido o “Formulário de Informações Técnicas”, fl. 107, firmado pelo engenheiro responsável, onde estão resumidas as seguintes informações:

- identificação da entidade;
- os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio;
- características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço;
- diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

14. Segue-se o Roteiro de Verificação de Instalação da Estação, constatando-se conformidade com a Norma 2/98, em especial as exigências inscritas em seu item 6.11, folhas 129 e 130.

15. É o relatório.

IV – Conclusão/Opinamento

16. O Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do serviço de radiodifusão comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente.

17. Assim, a requerente, de acordo com o seu Estatuto Social, e nos termos de seu requerimento, atende os requisitos legais e normativos ao seu pleito, seguindo-se informações básicas sobre a entidade:

– Nome

Associação Comunitária Seara – ACS.

– quadro diretivo

Presidente:	Ednaldo de Brito Sales
Vice-Presidente:	Giulmar Dias Neves
1ª Secretária:	Andreia Marques da Silva Sales
2ª Secretária:	Marlene de Fátima Alves Aguiar
1ª Tesoureira:	Nádia Cristina de Brito
2ª Tesoureira:	Erly Dias de Oliveira
Dir. Cult. e C. Soc.:	Gisley da Silva Machado
Vice-dir. C. C. Soc.:	Betiene Elizângela Cabral
Dir. Patrimônio:	Maurilúcio Leite de Jesus
Pres. Cons. Comunit.:	Blandino Cardoso Rodrigues

– localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio

Rua H, 1.429, Bairro Jardim América, Cidade de Várzea da Palma, Estado de Minas Gerais;

– coordenadas geográficas

17º 36' 26" S de latitude e 44º 44' 15" W de longitude, correspondentes aos dados constantes no “Formulário de Informações Técnicas”, fl. 107 e “Roteiro de Análise de Instalação da Estação de RADCOM”, fls. 129 e 130, que se refere à localização da estação.

18. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Associação Comunitária Seara – ACS, no sentido de conceder-lhe a Outorga de Autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53.710.001.071/98, de 16 de setembro de 1998.

Brasília, 24 de setembro de 2001. – **Adriana G. Costa**, Relator da conclusão jurídica – **Neide Aparecida da Silva**, Relator da conclusão Técnica.

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão.

Brasília, 26 de setembro de 2001. – **Hamilton de Magalhães Mesquita**, Coordenador Geral.

(À Comissão de Educação.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Os Projetos de Decreto Legislativo nºs 5 e 6, de 2003, que acabam de ser lidos, tramitarão com prazo determinado de quarenta e cinco dias, nos termos do art. 223, § 1º, da Constituição Federal, e de acordo com o art. 122, II, “b”, do Regimento Interno, poderão receber emendas, pelo prazo de cinco dias úteis, perante a Comissão de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – A Presidência comunica ao Plenário que se esgotou ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

– Projeto de Lei do Senado nº 109, de 2002, de autoria do Senador Antonio Carlos Júnior, que autoriza o Poder Executivo a criar o Programa Especial de Ressocialização dos Moradores de Rua e dá outras providências; e

– Projeto de Lei do Senado nº 231, de 2002, de autoria dos Senadores José Sarney e Bello Parga, que autoriza o Poder Executivo a doar imóveis que menciona.

Tendo sido aprovados terminativamente pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, os projetos vão à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Há oradores inscritos.

Passamos a palavra à Senadora Serys Slhessa-renko, que fez a gentileza de atuar como 1ª Secretária, sendo membro desta Mesa, para que use a palavra pelo prazo de 20 minutos.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na sessão de ontem, falamos sobre uma questão extremamente importante para o nosso Estado de Mato Grosso, que são as estradas federais, a BR-163, a BR-158, a BR-070 e a BR-364. São estradas que apresentam trechos que estão com problemas emergenciais, e estamos buscando solução.

Faço uma síntese do meu pronunciamento de ontem, dizendo que o Sr. Ministro dos Transportes já autorizou a liberação de R\$9 milhões para a recuperação emergencial de trechos dessas quatro estradas. Precisamos que os trabalhos se iniciem de imediato, uma vez que o arranca-safra está acontecendo e uma dessas estradas já está interditada; as outras três correm o risco de, a qualquer momento, serem interditadas em razão da grande quantidade de chuvas no Estado de Mato Grosso e do estado de precariedade de alguns de seus trechos.

Falei especialmente da BR-163, que está quase concluída em Mato Grosso, faltando pequeno trecho a ser terminado. Apesar de ainda não estar pronta, possui trechos que já foram asfaltados e que já se encontram em situação de emergência devido à falta de recursos para sua conservação. É o resumo do nosso pronunciamento de ontem.

O Dia Internacional da Mulher, dia 8 de março, próximo sábado, será comemorado em sessão de homenagem que ocorrerá no dia 12 de março, às 11 horas, neste recinto. Estamos apresentando um projeto de lei – que espero agrade, e muito, a todos os Srs. Senadores e às Sr^{as} Senadoras – que estabelece que 30% das vagas na Mesa do Senado sejam, dentro de um tempo determinado, disputadas por mulheres.

A lei de cotas, já obrigatória em alguns partidos políticos, vigora há mais de dez anos em nosso Partido, o Partido dos Trabalhadores, nas suas várias instâncias de decisão. O mesmo ocorre para as candidaturas por ocasião dos processos eleitorais. Após lei mais ampla, todos os partidos passaram a reservar às mulheres, obrigatoriamente, 30% das suas vagas de candidaturas por ocasião de eleições em qualquer instância de poder. Estamos pedindo que essa medida se estenda à Mesa do Senado. Penso que é algo extremamente justo e que vamos discutir e decidir nesta instância de poder.

Estamos apresentando ainda projeto que cria a Comissão de Direitos Humanos e Questões de Gênero e dá outras providências.

Leio apenas um trecho:

Art. 3º. O Regimento Interno do Senado Federal passa a vigorar acrescido dos seguintes artigos:

Art. 104-A. À Comissão de Direitos Humanos e Questões de Gênero compete opinar sobre matérias concernentes aos seguintes assuntos:

I – garantia e promoção dos direitos humanos;

II – direitos da mulher;

III – proteção à família;

IV – normas gerais de proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiências e de proteção à infância, à juventude e aos idosos;

V – fiscalização, acompanhamento, avaliação e controle das políticas governamentais relativas aos direitos humanos, aos direitos da mulher, aos direitos das minorias sociais ou étnicas, aos direitos dos estrangeiros, à proteção e integração das pessoas portadoras de deficiência e à proteção à infância, à juventude e aos idosos;

(...)

Art. 104-B. Aplicam-se à Comissão de Direitos Humanos e Questões de Gênero as normas regimentais pertinentes às demais Comissões Permanentes.

Não vou ler todo o projeto, mas apenas a justificativa:

O Projeto de Resolução que ora submetemos à apreciação do Senado Federal propõe a criação da Comissão de Direitos Humanos e Questões de Gênero. Destinar-se-á tal Comissão, de caráter permanente, a tratar das matérias relativas aos direitos humanos, à mulher, à família, à pessoa portadora de deficiência, à infância, à juventude e ao idoso.

No Brasil, a emergência de questões concernentes aos assuntos referidos assumiu tal magnitude e tal relevância que se impõe ao Senado da República estruturar-se para oferecer resposta adequada às demandas formuladas pela sociedade.

A esse respeito, observe-se o fato de nosso País não ter acompanhado a evolu-

ção verificada em outras nações com respeito à aquisição paulatina de direitos por suas sociedades. Assim, na maior parte dos países desenvolvidos, à conquista dos direitos civis, políticos e culturais, seguiu-se a dos direitos sociais e econômicos e, posteriormente, a dos direitos coletivos.

No Brasil, entretanto, a demanda por toda essa gama de direitos dá-se de maneira concomitante, em razão dos parcos avanços conseguidos por nós em cada uma das mencionadas esferas do progresso social.

Com base nesse entendimento, sem dúvida, o Poder Executivo elaborou o “Programa Nacional de Direitos Humanos”, debatido com vários setores da sociedade civil na “I Conferência Nacional de Direitos Humanos”, promovida pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, em 1996.

As ações propostas no mencionado Programa são em número tão elevado que sua simples enumeração demonstra o quanto se precisa realizar em termos de direitos humanos no Brasil.

O Senado Federal não se pode furtar à participação na verdadeira cruzada que se forma no País com vistas à instauração do primado dos direitos humanos em todas as dimensões da vida social.

No que se refere especificamente à problemática de gênero, a sólida organização granjeada pelas mulheres brasileiras e sua competência para mapear a ampla teia de discriminação de que são objeto colocaram na ordem do dia um complexo de demandas que fez aumentar, enorme e crescentemente, o volume de proposições em tramitação no Congresso Nacional sobre o assunto.

Ademais, a mobilização com vistas à implementação, entre nós, das deliberações da IV Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em Pequim, em 1995, certamente fará surgir um conjunto de propostas que exigirá a adequada organização das duas Casas do Congresso Nacional. Nesse contexto, a comissão especial destinada ao estudo das medidas legislativas que visem implementar, no Brasil, as decisões da IV Conferência Mundial sobre a Mulher, cujos trabalhos desenvolveram-se na Câmara dos Deputados, em 1997, propôs, em suas reco-

mendações, a instituição, naquela Casa, de comissão ou subcomissão permanente, com a competência de cuidar das questões de gênero.

De outra parte, com a criação da comissão ora proposta, parece-nos aconselhável passar da Comissão de Assuntos Sociais para a órbita de suas competências as matérias concernentes à pessoa portadora de deficiência, à criança, ao adolescente, ao idoso, enfim, a todos aqueles setores a que já nos referimos anteriormente. Na nova comissão, tais assuntos, juntamente com os afetos à temática da juventude, farão parte de conjunto consubstanciado sob rubrica “Família”, forma sistêmica mais adequada de tratar dessas matérias.

Consulta ao banco de dados referente às matérias em tramitação no Senado Federal mostra o elevado número de proposições a respeito dos temas que são objeto da competência da comissão que ora propomos. É preciso, pois, que esta Casa, antecipando-se aos acontecimentos, estruture-se para responder ao volume de propostas hoje existente e ao crescimento que se anuncia. Sem dúvida, não será possível oferecer resposta adequada às demandas da sociedade nas áreas referidas sem que se causem sérios transtornos ao funcionamento das atuais comissões, particularmente a Comissão de Assuntos Sociais.

Em face das razões acima, urge criar a Comissão de Direitos Humanos e Questões de Gênero, razão pela qual submetemos a presente proposição ao exame dos legisladores que compõem este Senado Federal.

Certa de contar com o apoio dos ilustres pares, esse Projeto de Resolução logrará transformar-se em norma legal no Senado da República.

Sr. Presidente, conforme foi dito anteriormente e exposto no item 5, a criação dessa comissão objetiva a fiscalização, o acompanhamento, a avaliação e o controle das políticas governamentais relativas aos direitos humanos, aos direitos da mulher, aos direitos das minorias sociais e étnicas, aos direitos dos estrangeiros, à proteção e integração das pessoas portadoras de deficiência, à proteção da infância, à juventude e aos idosos – é, portanto, bastante abrangente o campo de atuação da comissão que se pretende criar.

Os projetos de lei propostos nesta Casa têm tramitado mais devagar por conta da sobrecarga das comissões. Ontem mesmo, eu conversava com algumas das senhoras Deputadas Federais e nós, verificando dados já existentes, tanto aqui quanto na Câmara, pudemos constatar que essa questão é, de fato, séria.

Aproveitamos para tratar desse assunto com mais afinco devido ao momento: já estamos, praticamente, no mês de março, o mês em que se comemora, no dia 8, o Dia Internacional da Mulher.

A escolha desse dia tem razões históricas. Foi num dia 8 de março que mais de 150 mulheres foram assassinadas em Nova York, foram queimadas dentro de uma empresa têxtil. É óbvio que o poder do capital teve, nessa ocasião, interferência bastante significativa: não titubearam diante do movimento de mulheres trabalhadoras que buscava a redução de carga horária e a equiparação ou, pelo menos, a aproximação de seus salários aos de seus companheiros à época – era o ano de 1857. A reivindicação era justa, pois os homens, trabalhando nos mesmos locais e com as mesmas funções, mesmo sendo eles oprimidos e discriminados, ganhavam salários melhores e tinham uma carga horária de trabalho reduzida em relação à das mulheres.

As operárias dessa empresa têxtil se mobilizaram e saíram às ruas de Nova York, reivindicando, com bastante contundência, a mesma carga horária e os mesmos salários que os de seus colegas. Infelizmente, ao voltarem para a fábrica, foram fechadas – portas e janelas trancadas hermeticamente –, e o poder do capital, o dono da empresa, com o resguardo do policiamento de então, ateou fogo na fábrica. Essas mulheres todas morreram queimadas pelo simples fato de estarem reivindicando direitos iguais aos de seus companheiros homens – não estavam nem buscando maiores direitos: eram direitos iguais aos daqueles que também eram oprimidos.

A mulher ainda tem um longo caminho a percorrer: além de ter os enfrentamentos da luta de classe, ainda existem os decorrentes da discriminação diante de nossos companheiros homens. Não podemos, no entanto, em nenhum momento, deixar que esse sentimento de opressão que paira sobre as mulheres, com a conquista do poder, deturpe a nossa luta. Apesar de estarmos conquistando o poder de forma bastante lenta, não podemos deixar que esse sentimento de opressão que sempre existiu contra a mulher nos desvie de nosso caminho. Apesar das conquistas nos âmbitos profissional, familiar e, em especial, político, não podemos nos transformar de oprimidas em opressoras.

Queremos uma sociedade de iguais na qual o gênero nunca se torne parâmetro para determinar a opressão de um ser humano sobre o outro. Muitas vezes as pessoas brincam ao dizerem que, daqui a pouco, os homens terão que reivindicar cotas, Sr. Presidente. Digo isso brincando, mas reconheço que, para as mulheres, isso foi um ganho, apesar de essa conquista ainda passar meio despercebida para a maioria de nós. Essa vitória em termos de legislação foi importante, ganhos estão existindo.

Muitos nos chamam a atenção para o fato de que as mulheres cresceram praticamente 100% no Senado, de cinco ou seis passamos para 9 ou 10 Senadoras – uma entrou em licença e a outra é Ministra. É verdade, conseguimos, aqui no Senado, praticamente duplicar a Bancada feminina. Costumo dizer que passamos de quase nada para muito pouco: das 81 cadeiras, hoje temos nove. Ainda é muito pouco. Buscamos, pelo menos os 50%, pois somos 52% da sociedade. Ainda somos extremamente discriminadas, em especial no meio político.

Infelizmente, isso continua ocorrendo também em outros setores. A violência contra a mulher é algo bárbaro ainda hoje, mas bárbaro mesmo. Temos dados gritantes sobre mulheres assassinadas. No ano de 1996, apenas em um município de Mato Grosso, somente no mês de fevereiro, seis mulheres foram assassinadas, sendo que cinco delas pelos seus próprios companheiros; e dessas cinco, quatro ao retornar da delegacia onde foram denunciar maus tratos e violência. Então, a violência contra a mulher não é só o espancamento e o salário diferenciado, mas o xingamento, o menosprezo, enfim, qualquer tipo de mau trato. Um companheiro que impede que sua mulher estude, porque não pode sair de casa à noite ou em outro horário, pratica, sim, um outro tipo de violência.

Se queremos uma sociedade justa, precisamos mudar as nossas relações na família. Não existe processo democrático que resista se não mudarmos as relações dentro da família. Não adianta sermos democráticos – homem ou mulher – fora de casa, se dentro a democracia deixa de existir. Não adianta que homem trate bem a companheira se, quando chega em casa antes que ela, que também está trabalhando para o sustento da família, não a ajuda nos afazeres domésticos, cozinhando uma panela de arroz para o jantar das crianças, lavando roupa, ajudando a cuidar do bebê, ajudando os filhos nas tarefas da escola.

E a mulher da camada popular é a mais sofrida, pois, na maioria das vezes, levanta às quatro horas da manhã para preparar a comida para o seu companheiro, para os filhos que vão à escola, mas voltam

para casa ao meio-dia, tudo isso porque ela não tem quem a ajude. Nos grandes centros, ainda vai encontrar dificuldades com os meios de transportes: lotações e ônibus lotados. E trabalha diariamente 10 ou 12 horas, muitas vezes sem horário para o almoço. E ao chegar em casa, quando ainda tem um companheiro para ajudar a criar os filhos – e esse é um outro problema que muitas mulheres enfrentam – já o encontra em casa, mas tudo ainda está por fazer. Além disso, algumas vezes, ainda tem que ouvir as reclamações da vizinhança – que não é feita ao companheiro – por mau comportamento das crianças.

Temos dados que informam que muitas mulheres são chefes de família, criando os filhos, cuidando de pais idosos, cuidando de irmãos doentes ou ainda outras tarefas. Hoje, 28% das mulheres são chefes de família, isto é, não têm companheiros que lhes ajudem. Entretanto, em relação ao homem, a porcentagem de homens que cuidam da família sozinhos não passa de 10 a 12%.

Sei que este tipo de fala parece estranha para os companheiros homens. Muitos deles acham que isso é um absurdo, que não tem nada a ver, mas costumam dizer: Senhores homens, não levem isso como algo discriminatório. Ao contrário, é a busca da construção de uma sociedade melhor para as mulheres e para os homens também; uma sociedade onde exista o entendimento, a vontade e a determinação de construir uma sociedade diferenciada, onde homens e mulheres tenham direitos iguais e não onde o homem da camada popular é oprimido no trabalho, principalmente pelo salário, pelos maus tratos e outras questões, mas a mulher é oprimida em casa, especialmente a da camada popular. Isso não significa, no entanto, que a violência contra a mulher da classe média e da classe alta não exista. O que acontece, infelizmente, é que essas mulheres ficam mais emudecidas, sentem-se envergonhadas de ir à delegacia denunciar. Muitas vezes, ganham um buquê de flores, ou um presente, e fica por isso mesmo.

Mulher que é violentada tem que denunciar. O remédio contra a violência é a denúncia; contra a discriminação, é a organização. Nós, mulheres, temos que nos organizar para que se reduza, cada vez mais, a questão da discriminação.

Também digo aos companheiros homens, de forma extremamente afetiva, que não tenham medo de vestir o avental. Não tenha medo de vestir o avental, Sr. Presidente. Sei que V. Exª não tem. Mas digo “vestir o avental” com um sentido figurativo. Quando o homem chegar em casa e fizer um serviço que competiria à sua mãe, à sua companheira, à sua irmã ou a

alguém da sua família, com certeza, não será menos homem ou menos macho por causa disso. Ao contrário, ficará muito mais macho, com certeza, porque será muito mais bem visto pelas suas companheiras, sejam mães, esposas, companheiras ou irmãs.

Uma outra questão extremamente relevante nesse sentido é a questão da educação. A educação ainda traz muita discriminação. O Senador Paulo Paim apresentou um livro, dias atrás, que é realmente aterrador. Assusta-nos a discriminação em relação ao negro. Mas com relação à mulher, Senador, com certeza, não é diferente, só que, às vezes, de forma mais sublimar. Dizem que a mãe que fica em casa, fazendo seus afazeres, não trabalha. Só que o trabalho de dentro de casa é tão ou mais árduo que o trabalho fora de casa. Enfim, todas essas questões têm que ser consideradas.

Infelizmente meu tempo já se está esgotando, mas voltarei a essa questão da mulher nos próximos dias, até porque dia 12, às 11 horas, teremos uma sessão solene do Congresso Nacional, neste plenário, em homenagem ao Dia Internacional da Mulher. E essa sessão será apenas o princípio, pois ainda estamos discutindo, com a comissão que acaba de ser constituída, o Conselho da Mulher Cidadã Bertha Lutz. Esse conselho deverá reunir-se no dia 11 para a sua instalação. Ainda estamos vendo os horários de todos os membros – dois Senadores e cinco Senadoras –, mas possivelmente a sessão solene promovida pelo Conselho da Mulher Cidadã Berta Lutz acontecerá no dia 26 de março.

Gostaria de entender o meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – V. Exª dispunha de 20 minutos e já usufruiu de 25 minutos. V. Exª sabe que a tolerância da Mesa será a mesma que V. Exª dará a mim, porque falarei logo após V. Exª.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Sendo assim, deixarei para a próxima sessão a leitura de um documento contra a biopirataria, os limites éticos acerca do registro de marcas e patentes de recursos biológicos e conhecimentos tradicionais da Amazônia.

Farei apenas uma leitura rápida, para que fique registrado nos Anais do Senado, a homenagem que estamos fazendo a um jornalista e escritor do Estado de Mato Grosso, Antônio de Pádua, recentemente falecido. Inclusive, já foi aprovado por este Plenário uma moção de pesar pelo seu falecimento.

O jornalismo de Mato Grosso perdeu, no final de semana retrasado, uma de suas figuras polêmicas e, ao mesmo tempo, mais conhecidas, mais queridas e

respeitadas. Vitimado por um câncer, o jornalista e escritor Antonio de Pádua e Silva faleceu na casa de seus pais, em São Gotardo, interior de Minas Gerais.

Pádua militou na imprensa mato-grossense por mais de 20 anos. Com seu texto brilhante, trabalhou nos principais veículos de comunicação do Estado: jornais, revistas e emissoras de rádio e televisão. Seu estilo irreverente sempre incomodou os poderosos de plantão, porque Pádua sempre batalhou pela mais completa liberdade de opinião e manifestação.

A morte de Pádua provocou um verdadeiro choque na mídia mato-grossense, entristecendo a todos. Têm razão seus companheiros quando dizem que a morte do jornalista e escritor Antônio de Pádua deixa a imprensa de Mato Grosso e do Brasil mais sisuda e chocha.

Pádua fez de sua carreira de mais de 20 anos em Cuiabá uma constante de polêmicas e provocações bem-humoradas e finas ironias destiladas em direção às personalidades públicas, aos pseudo-intelectuais, aos falsos puritanos.

Pádua fez história no jornalismo de Mato Grosso ao criar a coluna de notas da cobra Salovel, no extinto jornal O Estado de Mato Grosso, e a coluna Quibratorto, no **Diário de Cuiabá** – jornal de grande tiragem no nosso Estado –, em parceria com o também ferino e mordaz jornalista Enock Cavalcante e a combativa jornalista Marta Arruda. Essa coluna deu origem ao site www.quebratorto.com.br, o “vovô” dos sites mato-grossenses na rede mundial de computadores e o espaço mais democrático da imprensa nacional. Seus textos, sempre límpidos e cheios de bom humor, ficarão para sempre como referências de inteligência e domínio da linguagem escrita para os jovens jornalistas.

Dono de um bom humor permanente, o bom e querido Pádua continuará vivo na luta por uma imprensa livre e democrática, pelo deboche bem-humorado e pelo sarcasmo diante da opressão dos poderosos.

Tenho certeza, Sr. Presidente, de que Pádua continuará vivo pela produção literária de qualidade reconhecida, pela perspicácia e sabedoria ao tratar temas políticos, pela sede da informação quente e pela brava resistência contra a mesmice e a mediocridade.

Como já dissemos, foi aprovado requerimento de nossa autoria para inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento desse grande e bravo jornalista mato-grossense, Antônio de Pádua e Silva, que faleceu vítima de câncer, menos de 20 dias após tomar conhecimento da doença.

Assim, Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, apresentamos condolências à família de Antônio de Pádua e Silva.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Convido a Senadora Serys Slhessarenko para presidir os trabalhos. (Pausa.)

O Sr. Paulo Paim, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Serys Slhessarenko, Suplente de Secretário.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko) – Passo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a minha intenção, nesta manhã, é comentar três projetos de minha autoria que estão tramitando, dois deles ainda na Câmara dos Deputados, mas aprovados, por unanimidade, nas comissões especiais. Espero que sejam aprovados pelo Plenário daquela Casa no mês de março, para serem enviados à comissão correspondente do Senado da República. Tenho certeza de que chegarão ao plenário desta Casa ainda neste semestre.

Srª Presidente, comento primeiro um projeto que tem tudo a ver com a realidade do meu Estado, o Rio Grande do Sul, e que dei entrada na Secretaria Geral da Mesa esta semana.

A agricultura é o setor da atividade econômica que, com suas exportações, vem sustentando a balança comercial do nosso País, contribuindo para reduzir as dificuldades que o Brasil enfrenta em suas contas externas. Esse simples fato já é suficiente para convencer qualquer administrador público da importância do fortalecimento dos produtores rurais de todas as regiões. Nesse sentido, reporto-me aos sem-terra, aos com-terra, enfim, a todos que produzem no campo.

O Sul, tradicionalmente, e o Rio Grande, em particular, são áreas de forte presença da agricultura. Sua produção, além do peso no prato positivo das contas externas, tem um papel fundamental na alimentação de todos os brasileiros, o que vem ao encontro da política implementada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e que teve uma bela repercussão internacional. Se efetivamente queremos combater a fome, é necessário que se invista na agricultura e na pecuária em todo o País. E aqui estou citando a questão específica do Rio Grande. Por isso justifica-se a preocupação em aprimorar sempre a capacidade de o nosso Estado continuar sendo um dos celeiros do

povo brasileiro, com repercussão positiva, inclusive mundialmente.

A produção rural, no entanto, requer cuidados especiais, sujeita que está a todo tipo de incertezas naturais, como as variações do clima e a incidência de pragas. Acresce, ainda, que se trata de setor competitivo em que os preços de mercado dos produtos, muitas vezes, são baixos e as exigências de qualidade, sempre crescentes, obrigam o produtor a um constante aperfeiçoamento técnico e tecnológico.

Nessas circunstâncias, o financiamento à agricultura, tanto para a produção quanto para a pesquisa, é essencial para a manutenção do setor em condições de competir e sobreviver economicamente.

Por outro lado, a agricultura, quando fortalecida e integrada à indústria, formando o que se chama de agronegócio, gera os postos de trabalho tão necessários para superarmos a terrível situação social de hoje, em que tantos trabalhadores se encontram desempregados e sem esperança.

Aqui, Sr^a Presidente, quero destacar a importância de o homem permanecer na área rural. Mas, para que isso aconteça, o Estado tem que investir em saúde, educação, na própria cultura, enfim, preparar o homem do campo para continuar produzindo e abastecendo a população dos grandes centros com alimentos de qualidade. A possibilidade de pequenos agricultores familiares integrarem-se a esse sistema é um fator adicional de geração de emprego e, igualmente importante, de fixação das pessoas no campo, o que ajuda a reduzir as demandas sociais por serviços públicos nas grandes cidades, inchadas pelas levadas precedentes de êxodo rural.

Exatamente para financiar projetos de fomento à agricultura e à pecuária, principalmente a agricultura familiar – tivemos uma experiência muito positiva no Governo Olívio Dutra –, estou apresentando, hoje, espelhado naquela experiência, Projeto de Lei do Senado nº 39, de 2003, pelo qual fica instituído o Fundo de Desenvolvimento da Agricultura e da Pecuária do Rio Grande do Sul (Fundap/RS). Seus fundos provirão basicamente de 3% dos repasses do Fundo Constitucional de Participação dos Estados destinados ao Rio Grande do Sul, excluídas as cotas destinadas ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF).

Ontem, dizia eu ao Ministro Cristovam Buarque da falta que S. Ex^a faz aqui no Senado, mas da importância de S. Ex^a estar à frente daquela Pasta. Entendo que a educação é o coração de uma política que, se aplicada de forma correta, pode contribuir para que o

Brasil não seja mais considerado um país de terceiro ou quinto mundo.

Por isso estamos preservando aqui o Fundef.

Os órgãos da administração direta, autárquica ou fundacional do Estado ficam, pelo projeto de lei, excluídos da concessão de financiamentos pelo fundo a ser criado, pois ele se destina exclusivamente a projetos de iniciativa de pessoas físicas, empresas e entidades de direito privado.

Essa nova fonte de financiamento à agricultura pretende suprir as deficiências que o Programa de Geração de Emprego e Renda da Área Rural (Proger Rural) e o Programa de Financiamento da Agricultura Familiar (Pronaf) vêm apresentando nos últimos anos em nosso Estado. Entre os anos 2000 e 2001, por exemplo, os valores repassados ao Rio Grande pelo Proger Rural caíram 32%, e os valores repassados pelo Pronaf cresceram irrisórios 2%. Perdemos 30% e ganhamos 2% num outro programa.

Sem questionar a importância desses programas, penso que ainda são insuficientes para o desenvolvimento do setor agrícola em um Estado como o Rio Grande do Sul, de tão grande potencial produtivo e com uma fração populacional ainda expressiva vivendo no campo – cerca de 20% dos gaúchos.

Quando examinamos o montante dos valores repassados ao Rio Grande por conta do FPE, vemos que há um potencial substantivo de recursos a serem investidos em pesquisa e fomento à produção agrícola, mesmo se for tomada uma fração tão pequena quanto os 3% que estou propondo.

Tomando por base os valores repassados entre 1994 e 2002, por exemplo, a existência do Fundap-RS teria significado, se o nosso projeto já tivesse sido aprovado, um acréscimo de R\$7,4 milhões, em média, para o setor rural do nosso Estado.

Com a implementação do Fundap-RS estaremos proporcionando a melhoria da qualidade de vida da população rural do Rio Grande, aumentando a produção agrícola e, ao mesmo tempo, contribuindo para a redução da fome – meta prioritária do atual Governo Lula – e ajudando a conter o êxodo rural em nosso Estado.

Por esses motivos, peço a atenção dos meus Pares para a análise cuidadosa deste projeto e para a sua aprovação.

O segundo projeto que quero defender perante a Casa é aquele que chamo de “Estatuto da igualdade racial e social”. Eu o apresentei em 1995 e ele visa construir a igualdade. E há pouco eu ouvia V. Ex^a, Sr^a

Presidente, falar desta tribuna sobre a política de cotas para mulheres, inclusive na Mesa.

Quando falamos em política de combate aos preconceitos fica a impressão sempre de que estamos falando somente dos negros. Sou negro e tenho compromisso com essa luta permanente da construção de uma sociedade igual, em que ninguém seja discriminado pela cor da pele, pela etnia, pela raça, pela origem e, naturalmente, pelo sexo, religião ou idade. Neste projeto proponho a política de cotas para os negros também nos partidos políticos, ou seja, que 30% das vagas a serem preenchidas para as eleições nos partidos políticos sejam destinadas à comunidade negra. Espelhado no projeto de V. Ex^a, Senadora Serys Slhessarenko – que preside a sessão neste momento –, ou seja, uma cota de 30% das vagas destinada às mulheres, tão discriminadas neste País. Como Deputado Federal, na época, votei a favor, e tenho certeza de que os Senadores, por unanimidade, também aprovaram.

Ao falar no projeto da igualdade racial, quero agradecer à Escola de Samba Caprichosos de Pilares, do Rio de Janeiro, que me fez um convite, que muito me honrou, para que eu desfilasse em um de seus carros alegóricos. O tema de fundo da escola será uma homenagem ao grande Zumbi dos Palmares, e foram convidadas algumas pessoas que eles entendem tenham prestado serviços relevantes à comunidade negra, entre eles eu próprio.

O desfile deverá acontecer ainda nesta semana, mas não estarei presente, Senador Pedro Simon – sei que V. Ex^a gostaria de me ver lá no carro alegórico –, porque tenho pressão alta e tomo, religiosamente, todos os dias, um remédio. Por isso, meu médico não achou recomendável que eu ficasse desfilando durante todo esse período. Então, não participarei do desfile não por falta de vontade política, mas por recomendação médica. Agradeço muito a homenagem que recebi e fico feliz por saber que o Senador Pedro Simon, de pronto, disse que assistiria a esse desfile se estivessemos presentes.

A Sr^a Iris de Araújo (PMDB – GO) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Concedo o aparte a V. Ex^a com enorme satisfação, Senadora Iris de Araújo.

A Sr^a Iris de Araújo (PMDB – GO) – O meu aparte não se refere especificamente ao seu comentário sobre o desfile, mas eu também, assim como o Senador Pedro Simon, gostaria muito que V. Ex^a pudesse estar lá. Isso seria muito bom para nós. Na verdade,

quero referir-me à Lei de Cotas no ponto onde V. Ex^a propõe que haja a inserção do negro nos partidos políticos. Negros somos todos nós, que descendemos de negros e temos na cor da nossa pele esse atestado honroso que nos foi legado por várias gerações. Refiro-me especificamente à existência da Lei de Cotas porque a considero como algo que beneficiou a nós, mulheres, na política, mas não o quanto imaginávamos poderia beneficiar. Presidi, por quatro anos, o PMDB de Goiás, e tivemos dificuldade para preencher as cotas com a participação da mulher. Considero, Senador, que deveríamos estabelecer um tipo de ação efetiva que definisse, independente da condição de negro e mulher, uma participação maior da sociedade na política, nos partidos políticos, para que a sociedade não visse a política como algo apenas para nós, parlamentares, ou ocupantes de determinados cargos. Creio que por esse caminho conseguiríamos aumentar o contingente de pessoas que seria muito útil dentro dos nossos partidos. Era este o aparte que gostaria de fazer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Cumprimento a nobre Senadora, na certeza de que a sua reflexão só vai ajudar o encaminhamento da luta permanente que todos nós estamos travando contra todo tipo de preconceito.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Antes de retomar o meu pronunciamento, concedo um aparte ao nobre Senador Pedro Simon, gaúcho que muito orgulha o Rio Grande do Sul e que sempre foi uma referência para nós não apenas aqui, em Brasília, mas mesmo quando foi Governador do nosso Estado.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Muito obrigado. Em primeiro lugar, é uma alegria ver V. Ex^a na tribuna do Senado e na 1^a Vice-Presidência desta Casa. Nós, do Rio Grande do Sul, não temos tradição de sermos contemplados com posições de relevância na Mesa desta Casa. Não me lembro se já houve algum Presidente do Senado gaúcho. Não conheço ninguém que já o tivesse sido. O ex-Presidente João Goulart presidiu esta Casa quando era Vice-Presidente da República, mas, àquela época, o Vice-Presidente da República presidia o Senado. Portanto, creio que V. Ex^a é o gaúcho que chegou mais rapidamente a um alto cargo nesta Casa: tomou posse e, meia hora depois, já estava eleito 1º Vice-Presidente. Esse foi o maior cargo ocupado por um gaúcho no Senado. V. Ex^a é uma das pessoas muito especiais neste País. No Rio Grande do Sul, na Câmara dos Deputados, no Senado Federal e na comunidade brasileira internaci-

onal, V. Exª é um homem de uma competência realmente emocionante. V. Exª nasceu na minha cidade, Caxias do Sul, em uma comunidade simples e singela. Foi para Canoas, trabalhou, esforçou-se e lutou. Foi operário e líder sindical e, à época, pela sua competência, conseguiu um milagre: a vitória na eleição para Deputado Federal. Como parlamentar, V. Exª se impôs pelo seu trabalho e pela magnífica atuação no que tange à defesa da raça negra, uma das teses que V. Exª defende com paixão, com competência e com sabedoria. Aqui, em congressos internacionais, nos mais variados fóruns e nas universidades, V. Exª defende e avança na sua tese de que este País, de maioria negra, tem um compromisso histórico, uma dívida histórica que temos que resgatar. E, graças a Deus, aos poucos, chegaremos lá. V. Exª luta, de forma intransigente, pela defesa dos trabalhadores, principalmente daqueles das camadas mais humildes. Em relação à sua luta pelo salário mínimo, V. Exª, algumas vezes, tomou atitudes que chamaram a atenção do Brasil pelo ineditismo, como, por exemplo, quando mostrou o que se compra com o salário mínimo, a diferença entre o que se precisa comprar e aquilo que o salário pode adquirir. Trata-se de uma luta dinâmica em que V. Exª teve algumas vitórias notáveis. Porém, V. Exª e nós estamos perdendo essa batalha no que tange ao salário que deveria receber uma família para viver com dignidade. A Constituição estabelece isso, e não a cumprimos até hoje. V. Exª teve uma vitória espetacular no Rio Grande do Sul, da maior importância e do maior significado. O PT teve uma vitória grande no Brasil, o Lula ganhou bem no Rio Grande do Sul, mas o seu Partido foi derrotado. Estava no Governo e perdeu, mas V. Exª teve uma vitória pessoal, uma vitória sua. As pessoas votaram no Paim, quando muitos pensavam que haveria preconceito de cor, que haveria razões, as mais variadas, para não elegerem V. Exª. “No Rio Grande do Sul, há muito alemão, muito italiano; não elegeriam um negro para o Senado Federal”, disseram. Mas V. Exª está aqui para ocupar um cargo, e tenho a mais absoluta convicção de que V. Exª haverá de marcar época. Aqui – desculpe-me a falta de modéstia –, de certa forma, V. Exª terá mais oportunidade de debater do que na Câmara dos Deputados, porque terá mais tempo. Lá, é preciso se inscrever uma vez por mês, há dificuldade para o Deputado ocupar um espaço. Aqui, concedemos apartes, que são verdadeiros discursos, e os fazemos sentados e tranquilos. V. Exª terá a chance de fazer a sua caminhada com muito mais possibilidade de êxito. Por isso, eu, que sou amigo pessoal e admirador permanente de V. Exª, quero di-

zer-lhe que estarei, aqui, ouvindo e assinando, em terceiro ou em quarto lugar, as propostas de V. Exª; votando as matérias com muito orgulho. Quero dizer, em nome do Rio Grande do Sul, que está assistindo a V. Exª neste momento pela TV Senado, que os gaúchos estão muito contentes, muito felizes, muito satisfeitos em tê-lo conosco. Ao que sei, a nobre Presidente é gaúcha também. Aliás, o que se encontra de gaúcho por este Brasil afora é algo emocionante! Estão aqui, à exceção da estranheza da nossa Senadora Íris de Araújo, que é “estrangeira”, somente gaúchos: um gaúcho na Presidência, um gaúcho na tribuna e um outro que lhe aparteia. Muito obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Pedro Simon, creio que a melhor forma de responder à gentileza com que V. Exª se expressou em relação à minha vida é dizer que tenho muito orgulho de, há duas semanas, numa audiência com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ouvir de Sua Excelência o seguinte: “Paim, tu estás autorizado a conversar com o teu colega e amigo, Senador Pedro Simon, e convidá-lo ou mesmo convocá-lo – naturalmente será uma decisão dele e do seu Partido – para ser o Líder do nosso Governo no Congresso Nacional”.

Essa é a melhor forma de responder a V. Exª. Reafirmo o convite para que V. Exª seja o meu Líder no Congresso Nacional.

Muito obrigado, Senador Pedro Simon.

Retomando o pronunciamento em que eu falava da importância também do ato cultural que é o Carnaval, lembro que é preciso não esquecermos que os tambores que logo mais agitarão as ruas do Brasil já foram duramente perseguidos e proibidos. Muitas resoluções de assembleias e câmaras municipais, em todo o País, durante a escravidão, destinavam-se a proibir, a qualquer hora, em qualquer lugar, os tambores, os lundus, os ajuntamentos em que negros dançavam e cantavam. As penas eram prisão, açoites e multas. Mas os tambores não se calaram – e não se calarão – porque expressavam a nossa resistência permanente a qualquer tipo de discriminação. Os tambores não só resistiam como também afirmavam a identidade da nação negra. Não foi possível, ao longo da história, reprimir o que nos era essencial.

A celebração do Carnaval está começando. Vamos comemorar, vamos festejar também essa sobrevivência extraordinária, para além de todo sofrimento, da identidade de um povo. Essa é uma cultura que muito orgulha a nação negra e, tenho certeza, o nosso País.

Sr. Presidente, hoje não vim aqui para falar do Carnaval. Quero falar, Senadora Iris de Araújo, da questão das cotas, sobre a qual quero deixar muito clara a minha posição.

Sr^{as} e Srs. Senadores, sou um defensor das cotas e das ações afirmativas para negros e também para aqueles que, de uma forma ou de outra, são discriminados. Esse tema tem movido um intenso debate após a divulgação dos resultados do vestibular da Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Sou um defensor das cotas – e não é de hoje! – neste Congresso Nacional. Apresentei vários projetos nesse sentido.

Fiquei feliz, e neste momento tenho que citar o Presidente desta Casa, José Sarney, porque S. Ex^a também apresentou um projeto de lei sobre as cotas para negros na universidade e no serviço público. O seu projeto foi aqui aprovado por unanimidade – sei que o Senador Pedro Simon, inclusive, participou dessa obra. O projeto foi para a Câmara, e, lá, apresentei a proposta do Estatuto da Igualdade Racial ainda em 1995. Quero, aqui, demonstrar, com esse meu gesto, a grandeza do atual Presidente da Casa, porque todos sabemos que, quando um projeto é aprovado em uma das Casas, ele vai para a outra Casa e lidera a tramitação das matérias conjuntas. Mas a que está na outra Casa é apensada à matéria principal, que é aprovada, no caso, em um dos espaços, que foi o projeto do Presidente José Sarney.

O projeto do Presidente José Sarney chegou à Câmara. Está aqui a Embaixadora Dulce Maria Pereira, que, durante um longo período, representou o nosso País em Portugal, junto aos países de Língua Portuguesa. S. Ex^a procurou o Presidente Sarney e lhe disse: “Sr. Presidente, o projeto do Paim, semelhante ao de V. Ex^a, está na Casa; porém, o projeto do Paim, do Estatuto de Igualdade Racial, trata da terra dos quilombolas, da saúde, da educação, do Ministério Público, da habitação, do emprego. Ele é amplo, mas contempla também a posição de V. Ex^a”. O Presidente José Sarney respondeu à Embaixadora Dulce, que aqui está: “Diga ao Paim que, se o projeto é dele, que o meu projeto seja apensado ao dele e que o Relator faça um substitutivo dizendo que o projeto principal é o do Deputado Paulo Paim” – na época.

Faço isso numa consideração por um gesto de grandeza do ex-Presidente da República e Presidente desta Casa, permitindo que o seu projeto fosse apensado ao meu, quando o certo seria o meu ser apensado ao de S. Ex^a, devido à tramitação legal e regimental.

Isso mostra que a luta contra o preconceito e a discriminação, como tenho dito sempre, não é so-

mente dos negros, mas também dos brancos, que têm o compromisso de combater efetivamente essa chaga. Esse mal, infelizmente, é internacional, porque sabemos que o preconceito não existe somente aqui. No entanto, há homens e mulheres que estão nessa caminhada, por isso a minha felicidade de poder, hoje, dizer que sou totalmente a favor das cotas.

Entendo que o Senado já mostrou, por unanimidade, também ser a favor delas, assim como a Câmara dos Deputados, porque o projeto das cotas foi aprovado por todos os Partidos, na Comissão Especial.

Para ilustrar, queria também dizer que a política de cotas não é uma invenção do Brasil. Sempre digo: por que não reproduzir uma legislação que existe em outro país e que é positiva e boa? A política de cotas já foi adotada, por exemplo, na Índia, nos Estados Unidos, nos países árabes e, friso, na Malásia. Em todos esses países o resultado foi positivo.

Nos Estados Unidos, ao contrário do que alguns falam, o resultado também foi positivo, tanto que os negros norte-americanos chegaram ao ponto de dizer: “Não queremos mais a política de cotas”, porque eles ultrapassaram a barreira. O número de negros naquele país fica em torno de 11% a 12%. No Brasil, a comunidade afro-brasileira fica em torno de 48% a 50%. Então, a política de cotas adotada nos Estados Unidos logo foi ultrapassada. Hoje, os negros ocupam mais de 20% a 25% dos espaços, enquanto ainda disputamos um percentual tão pequeno.

A política de cotas foi adotada de forma positiva inclusive em alguns Ministérios do governo anterior – não tenho nenhum prurido em falar de fatos reais –, como no caso do Ministério da Reforma Agrária, onde 20% dos servidores devem ser afro-brasileiros. Também no Supremo Tribunal Federal, o Ministro Marco Aurélio adotou a política de cotas, e o resultado é super positivo.

Quem é contra essa política não se sustenta num debate por 15 ou 20 minutos. Por que ser contra? Será que há lógica no fato de que somente 2% da população afro-brasileira tenha chegado à universidade?

Soube ontem, pelo Ministro Cristóvam Buarque, que, na Bahia, num concurso recente para juiz, foram aprovados cem candidatos. Perguntem-me quantos deles eram negros – na Bahia, onde 90% da população é afro-brasileira ou afro-descendente, como muitos preferem. Sabem quantos negros passaram? Nenhum.

Há todo um movimento, feito com a colaboração da sociedade – e sei que esta é a vontade do Presi-

dente Lula –, para que tenhamos, pela primeira vez na História, um Ministro negro no Supremo Tribunal Federal.

Fatos como esse demonstram que é preciso uma ação de combate ao preconceito e à discriminação que perduram até hoje contra a comunidade negra.

Alguém me perguntou, num debate: “Mas, Paim, você não acha que o ideal seria investir nas chamadas categorias de base, como jardim de infância, primeiro e segundo graus e pré-vestibular?” Responди: “Mas esse discurso eu ouço há 500 anos!” Digo que o ouço há 500 anos porque acredito que passei por outras gerações, em outros tempo, de século em século, e cheguei à oportunidade de estar, agora, na tribuna do Senado da República. Ouço esse argumento desde criancinha. Claro que eu sei! Duvido que algum Senador discorde – e o livro que mostrei outro dia demonstra a precariedade da nossa educação – de que devemos investir no combate ao preconceito e ao racismo no ensino fundamental, preparando a criança, o jovem, o adolescente e o adulto de amanhã para que passe no vestibular, em igualdade de condições, independentemente de ser negro, amarelo ou índio. Mas essa não é a questão! Enquanto esse investimento não acontece, queremos uma medida de mais impacto, que dê oportunidade de acesso à universidade a essa juventude marginalizada, além de condições efetivas, durante o curso, de se alimentar, de pegar ônibus para chegar na universidade e até, quem sabe, de ter horas extraordinárias para se formar – e tem que se formar, sim! – com a mesma capacidade de todos os que estão prestando os exames finais.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Ouço V. Exª novamente.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – É da maior importância o assunto que V. Exª está abordando. Talvez a nossa maior chaga seja a de que não há, no mundo, país onde a diferença entre os mais ricos e os mais pobres seja tão grande quanto no Brasil. Dentro desse contexto, o que fazemos para diminuir essas diferenças é muito pouco, é cruelmente muito pouco. Esse projeto de V. Exª é fantasticamente importante e de uma lógica tão clarividente que estranho não ter sido adotado há muito tempo. No momento em que se estabelecem cotas para as pessoas de cor, está-se fazendo com elas, em primeiro lugar, justiça social. Como essas pessoas, normalmente, são as mais pobres, então se estão fazendo as duas coisas ao mesmo tempo. Muitas vezes já se falou, defendeu-se, de-

bateu-se – e já houve até projeto nesse sentido – que deveria haver uma cota para pobres nas universidades públicas, porque só os ricos nelas estudam. Quando uma pessoa pobre é aprovada numa universidade particular, fica feliz da vida. Um dia, foi ao meu gabinete, em Porto Alegre, um companheiro feliz porque o filho tinha passado na faculdade de Medicina. Dez dias depois, voltou arrasado, porque tudo o que ele, a mulher e o filho ganhavam não pagava a mensalidade de R\$1,7 mil. Então, se já se pensava em ter uma cota para pobre, a do negro resolve as duas coisas: a questão do pobre e a do negro. Assim, ela é de uma lógica, de uma racionalidade absolutamente total. É verdade que há discussões. A primeira discussão é sobre o que é o negro, porque, de repente, pode aparecer uma loira dizendo que descende de negro, mas essa é uma questão que o tempo vai dizer. Com o tempo a gente vai chegar lá. Mas a tese é justa, correta e absolutamente positiva. V. Exª lembrou que ela vem atrás da proposta que se votou, nesta Casa, com relação à mulher. A nossa querida Senadora, que nos honra aqui com sua presença, com seu trabalho, uma mulher dinâmica, uma fantástica Presidente do nosso Partido diz, com razão, que ainda não se fez tudo o que se poderia em favor da mulher. Mas o processo já começou, e haveremos de chegar lá! A título de humorismo, vou contar um fato importante. Quando o projeto das mulheres veio da Câmara para ser votado aqui, no Senado, o Senador Bernardo Cabral, da Amazônia, que foi Ministro da Justiça, levantou-se e disse, com as galerias do plenário lotadas por mulheres: “Lamento, mas não posso aprovar este projeto. Todo mundo sabe da minha simpatia pelas mulheres – eu, daqui, retuquei: como sabem! –, mas eu não posso votar este projeto porque ele é inconstitucional. Segundo a Constituição, todos somos iguais perante a lei. Como vamos votar um artigo segundo o qual as mulheres têm direito a 30%”. Naquele momento, pedi a palavra e concordei com o Senador Bernardo Cabral. Nessa hora, a ex-Prefeita do Rio de Janeiro deu um grito: “Senador, V. Exª havia prometido que ia votar conosco!” Concordando, eu lhe disse que apresentaria uma emenda para garantir que ambos os sexos tivessem direito a no mínimo 30%. O Senador Bernardo Cabral assentiu e me disse que eu havia resolvido o problema. Resolvi o problema, dando os 30% para as mulheres e resolvi o problema para nós, homens, porque daqui a 30 anos, quando elas provavelmente já terão tomado conta, não poderíamos ter nem os 30%. Com a minha emenda, isso já ficava garantido.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS.) – Vai ao encontro do que a Srª Presidente havia falado, aqui, em um primeiro momento.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS.) – Exatamente. Meus cumprimentos carinhosos a V. Exª.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS.) – Senador Pedro Simon, casualmente, meu discurso entraria nesse aspecto: se é ou não constitucional.

A arguição da inconstitucionalidade pode ser considerada uma alegação já vencida. O Supremo Tribunal Federal já resolveu essa questão na prática, mostrando que é possível a correção das desigualdades.

É comum também que os opositores das cotas levanten a questão do mérito. A situação educacional da população apresenta grande desvantagem quando comparada à população branca. E não é por falta de mérito dos negros que isso acontece.

Perdemos a memória das leis provinciais que, no Século XIX, proibiam o acesso do negro à escola pública, caso ele fosse escravo ou mesmo liberto. Portanto, para o negro, no Século XIX, era negado o direito de estudar.

A diferença de educação entre negros e brancos no Brasil é uma construção histórica em que é mais apropriado falarmos de injustiça e opressão do que de mérito.

Trata-se de uma consequência de nossa longa história de racismo e discriminação e não somente de mérito. Foram as diferenças de oportunidade que criaram as altas taxas de analfabetismo entre os negros, e não o mérito.

Na defesa dos termos do Protocolo de Kyoto, o Estado brasileiro assume que é necessário considerar a série histórica para estabelecer responsabilidades diferenciadas no controle da emissão de gases poluentes. Aqueles que mais poluíram deveriam assumir taxas maiores.

Trazendo este argumento para o nosso tema, podemos afirmar que, considerando a série histórica, não é possível deixar de lado quase 350 anos de escravidão dos africanos e seus descendentes. Não é possível deixar de lado, inclusive, uma legislação que proibia o acesso à escola.

Ao me referir ao Protocolo de Kyoto, reporto-me àqueles que puniram a Humanidade envenenando-a, os quais teriam que pagar. Ao trazer este argumento à baila, tento mostrar a V. Exªs que aqueles que discriminaram, escravizaram e lucraram com a escravidão, um dia, teriam que responder para as gerações futuras.

Tivemos que esperar mais de 500 anos para ver um esboço de ações positivas que beneficiasse a co-

munidade negra. A Lei Áurea apenas declarou extinta a escravidão, e mais nada. Nenhuma palavra sobre ocupação da terra, educação, trabalho. O que se começou a discutir no dia seguinte foi uma legislação que punisse o negro que não trabalhasse.

Aqueles que fazem a defesa do mérito para refutar as ações afirmativas revelam, no fundo, uma grande ignorância da História do nosso País. E também não percebem que vivemos um novo momento desta História. Trata-se, agora, de estimular e fortalecer uma cultura de inclusão. Chega de exclusão e de injustiças!

O Brasil não tolera mais que milhões de brasileiros, sejam privados do direito de competir em igualdade de condições. O Brasil não aceita mais que talentos e vocações não encontrem os meios adequados de expressão e de realização. A vida do País vem se atrofian-do porque parte significativa de sua população não pode desenvolver plenamente suas potencialidades.

Somos a favor das cotas. Somos a favor de qualquer iniciativa que contribua para a superação das desigualdades. Não podemos mais adiar o enfrentamento desse abismo de desigualdades que impede a consolidação do nosso processo democrático.

Sr. Presidente, fiz, aqui, a defesa das cotas com muito sentimento, com muito carinho, especialmente porque senti, ao longo de minha vida, o quanto é forte a discriminação em nosso País.

Vou contar um único fato e citar apenas o primeiro nome da pessoa. Lembro-me: eu devia ter 10 anos de idade. Estava eu na escola e, naquele dia, travei um forte debate com um professor, discordando de uma teoria que ele levantava ao dizer que o negro era inferior ao branco. Fazia eu minha argumentação, muito mais por extinto e por sobrevivência, já que eu devia ser o único negro daquela sala de aula. Eu tinha dez anos e nunca vou esquecer da frase que ele disse: “Paim, você tem que entender que negro nasceu para arrancar paralelepípedo, e você não passará disso”. Na verdade, houve um levante na sala de aula, mostrando, com isso, que a criança não é racista e nem preconceituosa. Todas ficaram do nosso lado e acabamos indo para a direção da escola. Felizmente, naquele momento, a direção da escola deu seu depoimento favorável a mim, dizendo que eu estava com a razão; e o professor teve que sair, e eu fiquei na sala de aula.

Srª Presidente, é tão forte a questão do preconceito e do racismo que está incutido nas pessoas que eu poderia dizer, com todo o carinho, ao Professor Carlinhos, que hoje eu estou aqui. Isso demonstra que não é verdade que o negro nasceu somente para arrancar paralelepípedo.

Um abraço carinhoso ao senhor, Professor Carlinhos. Sei que foi um momento infeliz, porque, naquele instante, o senhor perdeu a razão. Talvez até pela maneira como eu interagi com o senhor – estou falando com o senhor, Professor Carlinhos. Quero aqui, de público, perdoá-lo por aquele gesto que eu jamais me esqueci. Hoje estou aqui, e sei que podemos construir um País diferente, onde todos serão iguais.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

A Srª Iris de Araújo (PMDB – GO) – V. Exª me permite ainda agora um aparte?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com muito prazer, nobre Senadora Iris Araújo.

A Srª Iris de Araújo (PMDB – GO) – Acompanhei todo o discurso de V. Exª, principalmente as suas últimas palavras em que V. Exª coloca todo o seu coração. Eu, que sou uma política movida praticamente pela emoção, tenho muito o que aprender nesta Casa. Sei que preciso aprender a racionalizar muitas vezes as palavras. Mas o que quero dizer, Senador Paulo Paim, é que viemos do povo. Se hoje estamos aqui, temos de representá-lo como somos, com emoção, com a razão, da maneira como o povo nos colocou aqui. A partir do depoimento de V. Exª, quero dizer que, naquele instante em que V. Exª sofreu aquela humilhação e contestou o professor, nascia o embrião do homem que está na tribuna. Parabéns.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko) – A Presidência comunica ao Plenário que recebeu o Recurso nº 4, de 2003, interposto no prazo regimental, no sentido de que seja submetido ao Plenário o Projeto de Lei do Senado nº 2, de 2000, de autoria do Senador Roberto Saturnino, que estabelece restrições ao financiamento pelo BNDES a pessoas jurídicas cujo poder de controle seja detido por pessoas físicas ou jurídicas residentes ou domiciliadas no exterior, alterando a Lei nº 1.628, de 20 de junho de 1952 (tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 21, de 2000).

A matéria ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis para recebimento de emendas, de acordo com o disposto no art. 235, inciso II, letra “c”, do Regimento Interno.

É o seguinte o recurso recebido:

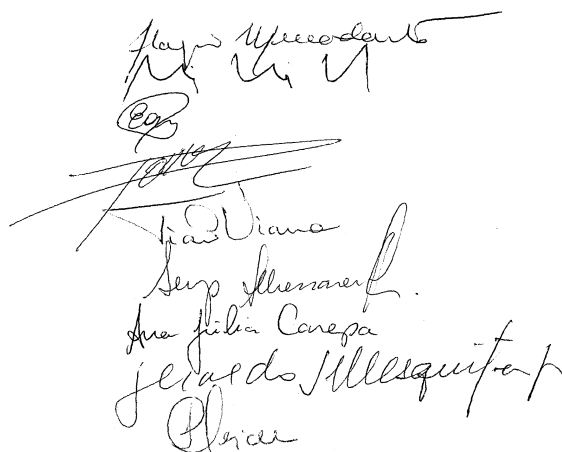
RECURSO Nº 4, DE 2003

Nos termos do § 3º do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal, recorremos para que o PLS Nº 2, de 2000, de autoria do Senador Roberto

Saturnino, que “Estabelece restrições ao financiamento pelo BNDES a pessoa jurídicas cujo poder de controle seja detido por pessoas físicas ou jurídicas residentes ou domiciliadas no exterior, alterando a Lei nº 1.628, de 20 de junho de 1952”, seja submetido ao exame do Plenário do Senado Federal.

Sala das Sessões, 28 de fevereiro de 2003.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Srª Pre-



sidente, não há mais oradores inscritos. Eu gostaria de fazer uso da palavra.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko) – Pois não. Com a palavra V. Exª, Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, este início de Sessão tem sido muito caro a todos nós, muito emocionante, porque o Senado renovou-se em dois terços, e é impressionante ver a gente nova que está por aqui, gente bonita, como V. Exª, Senadora Serys Slhessarenko, mulheres que nos honram, gente de experiências muito grandes, que já sentiu, pelo seu trabalho, que temos uma Casa que melhorou imensamente em capacidade e em qualidade. E tenho-me deleitado assistindo aos pronunciamentos dos nobres companheiros que estão iniciando. Alguns já vêm como veteranos: o nosso amigo Paulo Paim já era campeão lá na Câmara; V. Exª, Srª Presidente, parece que vem de uma vida constante dedicada ao Parlamento; e a nossa querida Senadora Iris de Araújo tem uma biografia imensa prestada a Goiás e ao nosso País.

Apesar de não estar inscrito para falar, penso que posso falar sem tirar o lugar de ninguém. Tenho a obrigação de dizer algumas palavras.

Neste terceiro milênio, vivemos dois fatos históricos importantes: um deles dramático, cruel, que é a questão do Sr. Bush. O mundo inteiro se admira dos Estados Unidos. Que nação fantástica! Que capacidade de avançar, de crescer, de desenvolver! Sou cristão, mas não nego que, às vezes, tenho um quê de inveja em ver como as coisas lá deram certo, como a democracia progride, como as pessoas vivem bem, como a tecnologia avança... É qualquer coisa fora do comum! Porém, não há dúvida de que os Estados Unidos vivem, talvez, um de seus piores momentos, com a perspectiva de uma guerra por essa ação do Presidente Bush. Quer guerra mais estúpida do que essa de que estamos tomando conhecimento? É claro que o Presidente do Iraque é um tirano, um ditador, um homem de péssimos antecedentes, que tem todas as razões para ser submetido a um tribunal e que deveria ser afastado. Mas quem somos nós para sermos o tribunal do mundo? Se querem fazer algo nesse sentido, que o denunciem ao Tribunal de Haia, há uma Corte internacional em que se julgam esses casos. Então, que o denunciem, que se faça uma ação nesse sentido. Mas é difícil imaginar que o Sr. George W. Bush tenha outro conteúdo para o que está fazendo que não seja um conteúdo aéreo, que vai desde as argumentações de que está buscando as fontes de petróleo – para ele, seria impressionante ter em mãos o Iraque –, e como ele coloca as tropas, ali, no Oriente Médio, e determina como aquela região deve se estabelecer.

O impressionante é que o mundo inteiro se rebela. Dizer que a França tem simpatia pelo Iraque é uma piada – ou a Alemanha ou o Brasil ou a América Latina. Então, vejo como um fato cruel iniciarmos o milênio com uma pessoa como o Sr. George W. Bush, fazendo o mundo parar e perguntar o que vai acontecer.

Ontem, a imprensa publicou o projeto vencedor de um arquiteto alemão do que será construído no lugar das torres destruídas. É belíssimo! Ficará um lugar muitíssimo mais agradável e mais bonito do que aquela monstruosidade que estava ali, e lembrará realmente o momento em que o mundo inteiro chorou, porque a solidariedade ao povo americano foi total e absoluta. A revolta àquele atentado, pela forma brutal, grosseira como ocorreu, foi praticamente de toda a humanidade, mas imaginávamos que aquele acontecimento serviria de ampla campanha para combater o terrorismo. Isto é importante: o combate ao terroris-

mo. Temos a obrigação de fazê-lo, porque ele está em todos os lugares, inclusive no Brasil, mesmo que seja sob um outro título. Vemos os acontecimentos no Rio de Janeiro, que estão num crescendo, fazendo com que já tenhamos no Brasil áreas praticamente sob o comando de gente fora-da-lei. Mas, se todo mundo ficou do lado dos Estados Unidos, o Sr. Bush aproveitou isso para iniciar uma guerra contra o Iraque. Esse é o fato triste, negro, mas é o fato mais marcante deste milênio, que iniciamos da pior maneira possível. Nenhum ato positivo da humanidade, nenhuma descoberta, nenhum gesto das grandes nações, como perdoar a dívida dos países subdesenvolvidos, diminuir os juros. Nenhum gesto, nenhuma atitude, nenhuma decisão. Nada. O que está marcando o mundo é a expectativa do que fará o Sr. Bush.

Um fato positivo muito importante, para o Brasil e para o mundo, foi a vitória do Lula como Presidente da República. Estou assistindo aos debates no plenário, e considero-os realmente interessantes e significativos. Às vezes, fico rindo por dentro, porque vejo que alguns companheiros nossos não se adaptaram ainda; estão tentando preparar a sua nova forma de atividade. O PFL, por exemplo, foi governo a vida inteira. Seus integrantes vieram da antiga UDN, lá de trás; foram governo com Fernando Henrique, com Sarney; foram governo durante todo o regime militar; divergiram, foram da tal banda de música, foram da bossa-nova; foram governo com Juscelino. Sempre foram governo e agora estão numa nova posição: são oposição, e, de certa forma, não há perspectiva de que possam participar do Governo Lula. Estão se adaptando, o que é positivo.

É muito bom que o PFL esteja na Oposição, é altamente positivo. Para o Partido vai ser altamente entusiasmante a possibilidade de renovação e de verem o outro lado. Mas, de certa forma, estão indo ligeiro demais. Quando ouvi o pronunciamento do meu querido amigo, o Presidente do PFL, Senador Bornhausen, nesta tribuna, fiquei impressionado, porque era algo que dava para ser feito daqui a oito anos, quando Lula saísse do Governo, mas ele estava lá há poucos dias.

Não gostei da escolha do Presidente do Banco Central; se dependesse de mim, não seria ele. E não estou entendendo muito bem as ações do Ministro da Fazenda. Mas, daí a querer tisanar o Governo Lula, porque é assim ou assado, é muito cedo. É muito cedo para elogiar Lula, como também para atirar pedra.

Isso se aplica, principalmente, para aqueles que eram governo até anteontem. A acusação é interessante: Lula estaria fazendo aquilo que Fernando Henrique fez. E o que Fernando Henrique fez na época foi aplaudido pelo PFL. Também me refiro ao PSDB, cujos Líderes vêm a esta tribuna e falam como se o Governo Fernando Henrique tivesse sido fantástico e suas realizações, monumentais. O Presidente Fernando Henrique deixou um governo montado, tranqüilo, sereno, praticamente sem dívida, inflação sob controle absoluto, a miséria desaparecendo, os níveis sociais melhorando, e vem o Lula e, em 10 dias, muda isso? O discurso do PSDB dá a entender isso, mostra praticamente isso. De certa forma, estão sendo competentes, e os nossos amigos do PT não estão se dando conta. Para quatro ou cinco discursos de oposição ao Governo de Lula, aparece um de defesa do Lula, o que também não é novidade. Na época anterior, para cada dez Deputados e Senadores que falavam contra o Governo Fernando Henrique, apenas um que o defendia. Isto o PT está aprendendo: é muito mais fácil ser estilingue do que vidraça; é muito mais fácil fazer discurso de oposição, ver as coisas erradas e dizer que devem ser mudadas, do que defender posições, principalmente no início, quando não se sabe direito o que é e para se onde está caminhando.

Não quero criticar os Líderes do PSDB e do PFL, por pegarem discursos do PT feitos há dois anos e usá-los hoje; acho que estão certos. Eles cobram, por exemplo, que Lula disse uma coisa e está fazendo outra, mas não lembram que Fernando Henrique, logo que assumiu, disse: “Esqueçam tudo que escreveram”. Não vi, ainda, o Lula dizer “esqueçam tudo que falei”; se disse, não sei. É realidade que o PT, para chegar ao Governo, tinha um tipo de discurso, rígido, que era o de Oposição. Diziam: “Vamos chegar lá, equacionar a inflação, baixar os juros, que são cruéis, aumentar a produção, equacionar o problema da fome, dialogar com os credores internacionais, resolver o problema da corrupção, da violência. Aliás, diga-se de passagem, Fernando Henrique, há pouco mais de oito anos, durante a campanha, dizia que os seus problemas estavam nos cinco dedos da mão. Nesse ponto, Lula perde, porque só tem quatro. Emprego, alimentação, educação, saúde e segurança eram os problemas fundamentais. Não resolveu nenhum. A educação pode ter melhorado um pouco, assim como a saúde, mas ficou muito longe a prática do discurso, não há dúvida.

Os Líderes do PSDB, principalmente, e os do PFL estão fazendo a parte deles, mas estão sendo in-

justos ao não darem uma chance para o Governo se preparar.

Creio que o pessoal do PT está tendo alguns problemas internos. Quando me perguntaram o que achava do Ministério do Lula, fiz uma piada. Eu disse que, quando designou o Ministério, Lula começou levando a sério uma das principais bandeiras de seu Governo, que era resolver o problema do desemprego. No seu Ministério, resolveu o problema de uns quinze desempregados, que foram candidatos a Governador e a Senador, não se elegeram e já estão empregados. Ele começou pelo lado certo, equacionando um problema grave.

O Governo do PT está vivendo uma hora complexa, porque nunca foi Governo. Fernando Henrique, antes de ser Presidente da República, foi Ministro da Fazenda, e Pedro Malan tinha sido Presidente do Banco Central. Fernando Henrique pegou uma equipe que vinha do Governo Itamar e até de outros governos, como o de Collor. Lula está iniciando um Governo.

Mas, o que considero muito importante falar – ainda não ouvi esse discurso da tribuna, nem por parte do PT, nem por parte de seus adversários – é sobre o significado da vitória de Lula. O mundo reconhece esse fato, e temos a obrigação de mencionar isso. Vivemos um momento excepcional; há os que votaram no Lula, os que votaram nos outros candidatos, no primeiro e no segundo turno, mas o que importa é que, com a vitória de Lula, houve um fato diferente.

Lula é um retirante. Na cidade e na época em que nasceu, o índice de mortalidade infantil em crianças com menos de um ano era de 42%, e ele escapou da morte. Seu pai separou-se de sua mãe, que foi com os filhos para São Paulo, onde viveram a miséria em meio aos milhares que vieram do Nordeste. Ali ele conseguiu seu primeiro diploma no Senai e trabalhou como metalúrgico – algo importante, pois na classe dos trabalhadores, os metalúrgicos de São Paulo eram uma das mais privilegiadas. Ali, presidindo um sindicato dos metalúrgicos e em meio a uma ditadura articulou uma greve que teve conotação nacional.

Naquele momento, Lula ganhou uma personalidade muito forte e significativa. Lembro-me da série de greves que resultaram em sua prisão e de quando a praça de Santo André estava tomada pelo povo e cercada pelas tropas do Exército, que dera o prazo de duas horas para que todos se retirassem dali. Ali aconteceria uma carnificina. Eu estava com o Teotônio quando ele foi ao coronel e lhe disse que aquele

povo estava ali em solidariedade a Lula, que estava preso, e que ambos tinham de encontrar uma solução para aquilo, porque, do contrário, pessoas morreriam ali. O coronel insistiu dizendo que as pessoas deveriam sair em duas horas, ao que Teotônio retrucou dizendo que aquilo não aconteceria, questionando o que pretendia fazer. Sei que o Teotônio conseguiu fazer que o coronel aceitasse sua proposta. Em duas horas, as tropas foram embora, e a praça ficou vazia.

Lembro-me de Lula sendo processado no Superior Tribunal Militar por crime contra a segurança. Um líder sindical estava sendo julgado, e todos estávamos lá prestando solidariedade a ele no seu julgamento. Esse homem cresceu, avançou, criou seu partido político. O Partido dos Trabalhadores era estranho, ninguém conseguia garantir qual seria o seu futuro. A verdade é que chegou à Presidência da República e, hoje, é o único caso conhecido de um partido de trabalhadores com um líder que veio do ostracismo, que só passou pelos bancos das fábricas, na Presidência da República. Esse é o fato.

Querido Presidente José Sarney, para mim, este milênio começa com dois fatos que chamam a atenção: um cruel, que é o presidente americano fazendo o mundo parar com a ameaça dessa guerra; o outro, respeitável, que é o significado da vitória do Lula. Como V. Ex^a tem dito, houve uma transformação social, uma revolução social sem luta. Houve uma das maiores modificações já ocorridas na história de um país, dentro da democracia e do respeito aos trâmites legais.

E esse homem chega a Presidente da República com uma proposta cuja intenção merece o maior respeito. Penso, então, que não devemos ficar entre os que gostam e os que não gostam do Governo do PT. O próprio PT deveria entender isto: que o Lula deveria governar além do PT, olhando o Brasil no seu contexto.

Todas as pessoas que querem, nesta hora, colaborar para que o Brasil saia das condições de atraso em que se encontra devem ser bem-vindas.

No Evangelho da missa de ontem, Marcos conta que os discípulos chegaram dizendo que encontraram pessoas fazendo milagre em nome de Jesus, mas que as haviam proibido, porque não eram gente deles. E que Cristo respondeu: "Vocês erraram, pois se há gente fazendo milagre em meu nome, ele será nosso, porque quem faz o milagre, quem está conosco, está porque confia nas nossas palavras. Ou estão

comigo ou estão contra mim. Se estão comigo, vamos recebê-los".

Entendo que o Governo Lula deveria ter esse sentimento: é Governo do PT? É. Ele é PT? É. Governa com o PT? Governa. Mas deveria fazer o chamado a todos aqueles que desejam colaborar, estejam onde estiverem.

Neste Congresso, eu entendo a Oposição, que está cobrando e debatendo. Nos últimos oito anos, o PT foi duro; atirou pedra para todos os lados. Muitos têm mágoas e ressentimentos, porque, ao lado das justiça que fez, o PT cometeu injustiças. Creio que não é hora de cobrar, pois o momento, agora, é o de nos unirmos em torno de um projeto que se chama Brasil. Podemos discutir, divergir e apresentar propostas diferentes.

Mas o que está acontecendo é também parte do próprio PT. Há uma ala do PT – e eu a respeito – que entende que o caminho a ser seguido não deveria ser este. Isso é viável e positivo, mas não tenho dúvida de que a harmonia é muito importante para o Brasil no momento em que estamos vivendo.

Tenho dito, Presidente José Sarney: tristes daqueles que torcem pelo fracasso do Lula. Se o Governo Lula fracassar, se der errado, se mostrar que ele é incompetente, incapaz, se a equipe for um fiasco, quem vai sucedê-lo? Será que vai ser o PSDB? Ou o PMDB?

Todas as esperanças se acumulam ao exagero, pois a confiança no Lula é maior do que aquilo que ele pode fazer para corresponder a essa confiança; humanamente, ele não tem condições de responder aos sonhos que se formaram em torno do que ele poderia fazer. Se essa gente, que espera quase um milagre, não tiver uma resposta de um governo sério, respeitável, que faça o necessário – que não resolva o problema da fome, mas que milhões deixem de passar fome – será que o povo vai achar que o PMDB vai fazer isso? O PT não fez; o PMDB vai fazer? O PT não fez. O PSDB, que não fez nos oito anos em que foi governo, vai fazer agora? Tenho medo.

Que tipo de vozes, que tipo de aventureirismo pode suceder um fracasso do Governo Lula?

Agora, se o Governo Lula for positivo e concreto, por melhor que seja, vai haver campo para a Oposição falar. Se o programa da fome der certo e resolver o problema de dez milhões de brasileiros que estão passando fome, o PSDB e o PFL podem dizer: "Há mais quinze passando fome, por quem ele não fez nada e que continuam passando fome". Se o programa de combate ao desemprego der trabalho a cinco milhões de bra-

sileiros, a Oposição poderá dizer: “Há quinze milhões de desempregados cujo problema ele não resolveu e que não viram o programa dele”.

O Lula não vai poder fazer milagre. O seu governo, por melhor que seja, milagre não fará. E sobrá um amplo debate no campo democrático quando chegar o momento apropriado: as eleições. No entanto, ao invés de se apoiar o Governo Lula, tentar-se desacreditá-lo, desmontá-lo, desmoralizá-lo e humilhá-lo e, por esse caminho, levá-lo à radicalização, e se isso der errado, todos nós estaremos na mesma canoa, e acho impossível que, pela via democrática, algum dos críticos do lado de cá terá condições e autoridade para sucedê-lo do lado de lá.

Imaginava eu que o início do Governo Lula – até confesso ser um certo exagero meu – seria uma espécie de lua-de-mel: Governo e Oposição, tranquilos, dando-se um crédito de confiança. Isso, aliás, era de se esperar. O próprio Fernando Henrique disse que, no primeiro ano, não queria analisar o Governo Lula; disse que poderia falar, aconselhar, mas que queria dar a Lula o tempo de que ele precisa.

Aqui vale o mesmo. Esse primeiro ano deveria ser um ano de espera e não de silêncio, porque silenciar não é um bom caminho. Muitas vezes, pode-se ajudar fazendo-se críticas, e, se não se critica, não se pode mudar. Se o Governo errar, os próprios companheiros de Partido devem ter o direito de fazer a crítica, porque a crítica é a melhor forma de ajudar o Governo quando este está equivocado. Há que se observar, no entanto, a maneira de se criticar. Pode-se fazer a crítica com o objetivo de promover a mudança, para melhorar, e pode-se fazer a crítica destrutiva, sem objetivar a melhora. Penso que não é o momento de se optar pelo segundo caminho.

A expectativa do povo é grande demais, Sr. Presidente, e isso me preocupa. V. Exª, Senador José Sarney, sabe que, depois do Plano Cruzado, nunca um Presidente havia alcançado a credibilidade popular que teve V. Exª. Eu era Ministro de V. Exª e me lembro que, quando assumiu o novo governo, quando assumiu a nova equipe de V. Exª e foi lançado o Plano Cruzado, a expectativa era muito grande.

O Plano Cruzado foi um dos momentos mais emocionantes da vida brasileira. O cidadão dormiu com uma inflação muito alta e, quando acordou, todos os preços estavam congelados e o seu salário tinha aumentado 20%. Foi uma grande euforia. Nunca havia se visto algo parecido no Brasil: todos os preços congelados e o trabalhador com 20% a mais no seu salário. V. Exª viveu esse momento, a expectativa popular foi total e absoluta. Entre a expectativa e a

realidade, porém, há uma diferença muito grande. Penso que ali, nós, da classe política, cometemos um grave equívoco, Sr. Presidente, pois não fizemos, como V. Exª queria, os arranjos no plano para que ele continuasse.

Acredito que estejamos agora diante da necessidade de promover arranjos na política econômica vigente. Parece-me que o Plano Real, nos moldes em que vem sendo desenvolvido, está se esgotando. Não sei se o trabalho da atual equipe econômica deve ser o de tapar buracos, aumentar os juros e tentar seguir fazendo o que vinha sendo feito. Talvez seja o momento de dar uma remexida e estabelecer, a exemplo da URV, uma nova moeda de referência, para tentar controlar os aumentos e criar uma nova expectativa que não seja essa de apenas salvar, a qualquer preço, o Plano Real, mesmo não sabendo se teremos condições de preservá-lo.

Ocupo esta tribuna para dizer que sou daqueles que acham que temos que torcer para que o Governo Lula dê certo. O Presidente Lula deve reunir a sua equipe para analisar os fatos. Imaginávamos que, nos cem primeiros dias de seu Governo, muito poderia acontecer, mas esse prazo está se esgotando, e até agora não aconteceu muita coisa. Creio e confio, porém, que esta Casa não faltará ao Governo para que ele faça a sua parte. Confio que as boas intenções do Governo Lula serão levadas adiante. Espero que o Presidente Lula harmonize a sua gente, consiga fazer com que a sua gente fale a linguagem dele e entenda que esta época áurea de salvador não durará muito tempo, pois viverá a época dura e difícil do presidente que não faz aquilo que o povo espera que ele faça.

Era isso, Sr. Presidente, o que tinha a dizer. Agradeço a gentileza de V. Exª, chegado do Maranhão. Espero que seu irmão esteja melhor.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Pedro Simon, a Sra. Serys Slhessarenko, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 11 horas e 20 minutos.)

(O.S 10732/03)

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Resenha das matérias apreciadas durante a
1ª Sessão Legislativa Ordinária
52ª Legislatura****(17 a 28 de fevereiro de 2003)****SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO
FEDERAL****PROJETO APROVADO E ENVIADO À SANÇÃO**

De iniciativa da Câmara dos Deputados .. 1
Total..... 1

Projeto de Lei da Câmara nº 98, de 2001 (nº 3.446/2000, na Casa de origem), que *denomina “Aeroporto de Imperatriz – Prefeito Renato Moreira”, o Aeroporto de Imperatriz, no Estado do Maranhão.*

Sessão: 20.02.2003

**PROJETOS APROVADOS E ENVIADOS À CÂMARA DOS
DEPUTADOS**

De iniciativa do Senado Federal..... 8
Total..... 8

Projeto de Lei do Senado nº 19, de 2000, de autoria do Senador Geraldo Melo, que *disciplina o fornecimento de energia elétrica à agricultura irrigada, às glebas que façam parte de programas de reforma agrária ou que tenham área total de até dez hectares e dá outras providências.*

(decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos)

Sessão: 25.2.2003

Projeto de Lei do Senado nº 92, de 2000, de autoria do Senador Jorge Bornhausen, que *dispõe sobre as normas gerais relativas a concursos públicos*, (decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)
Sessão: 25.2.2003

Projeto de Lei do Senado nº 40, de 2001, de autoria do Senador Gilvam Borges, que *altera o art. 252 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para incluir a proibição do ato de fumar ao dirigir*.
(decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)
Sessão: 25.2.2003

Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2001, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que *institui a renda básica incondicional ou a renda de cidadania e dá outras providências*.
(decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos)
Sessão: 25.2.2003

Projeto de Lei do Senado nº 167, de 2002, de autoria do Senador Geraldo Melo, que *dispõe sobre as dívidas do crédito rural na área da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (ADENE)*.
(decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos)
Sessão: 25.2.2003

Projeto de Lei do Senado nº 234, de 2002, de autoria do Senador Waldeck Ornelas, que *dispõe sobre requisitos e condições para o registro de nomes de domínio na rede internet no Brasil*.
(decisão terminativa da Comissão de Educação)
Sessão: 25.2.2003

Projeto de Lei do Senado nº 109, de 2002, de autoria do Senador Antonio Carlos Júnior, que *autoriza o Poder Executivo a criar o Programa Especial de Ressocialização dos Moradores de Rua e dá outras providências*.
(decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)
Sessão: 28.2.2003

Projeto de Lei do Senado nº 231, de 2002, de autoria dos Senadores José Sarney e Bello Parga, que *autoriza o Poder Executivo a doar imóveis que menciona*.
(decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)
Sessão: 28.2.2003

PROPOSIÇÕES APROVADAS E ENVIADAS À PROMULGAÇÃO

De iniciativa da Câmara dos Deputados.....	9
Total.....	9

Projeto de Decreto Legislativo nº 43, de 2002 (nº 959/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão outorgada à Fundação Espírita André Luiz para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Guarulhos, Estado de São Paulo.*

Sessão: 19.2.2003

Projeto de Decreto Legislativo nº 46, de 2002 (nº 1.013/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Fundação Dom Joaquim para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Tefé, Estado do Amazonas.*

Sessão: 19.2.2003

Projeto de Decreto Legislativo nº 61, de 2002 (nº 1.176/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Fundação Bom Jesus de Cuiabá para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cuiabá, Estado do Mato Grosso.*

Sessão: 19.2.2003

Projeto de Decreto Legislativo nº 159, de 2002 (nº 1.236/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Fundação Dom Eduardo Duarte Silva para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Uberaba, Estado de Minas Gerais.*

Sessão: 19.2.2003

Projeto de Decreto Legislativo nº 224, de 2002 (nº 1.295/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educativa de Urânia para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Fernandópolis, Estado de São Paulo.*

Sessão: 20.2.2003

Projeto de Decreto Legislativo nº 282, de 2002 (nº 1.319/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Prefeitura do Município de Piracicaba para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Piracicaba, Estado de São Paulo.*

Sessão: 20.2.2003

Projeto de Decreto Legislativo nº 405, de 2002 (nº 1.493/2001, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que renova a permissão da Difusora Mogiana Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo.*

Sessão: 20.2.2003

Projeto de Decreto Legislativo nº 410, de 2002, *que renova a concessão da Fundação Cultural Divino Espírito Santo de Jataí para explorar serviço de radiodifusão sonora na cidade de Jataí – GO.*

Sessão: 20.2.2003

Projeto de Decreto Legislativo nº 414, de 2002 (nº 1.401/2001, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que renova a concessão da Fundação Padre Penteado para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Carmo do Rio Claro, Estado de Minas Gerais.*

Sessão: 20.2.2003

MATÉRIAS DECLARADAS PREJUDICADAS

De iniciativa do Senado Federal.....	3
Total.....	3

Projeto de Lei do Senado nº 539, de 1999, de autoria do Senador Pedro Simon, *que dispõe sobre o limite máximo do valor das taxas de inscrição em concursos públicos.*

(decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, prejudicado, em virtude da aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 92, de 2000, com o qual tramitava em conjunto)

Sessão: 25.2.2003

Projeto de Lei do Senado nº 101, de 2000, de autoria do Senador Geraldo Althoff, *que fixa normas sobre a realização de concursos públicos destinados ao provimento de cargos ou empregos na administração direta e indireta, no âmbito dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.*

(decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, prejudicado, em virtude da aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 92, de 2000, com o qual tramitava em conjunto)

Sessão: 25.2.2003

Projeto de Resolução nº 60, de 1999, de autoria do Senador Alvaro Dias, que altera a Resolução nº 78, de 1998, que “dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização, e dá outras providências”.

Sessão: 27.02.2003

MATÉRIAS REJEITADAS E ENVIADAS AO ARQUIVO

Do Senado Federal	1
Da Câmara.....	1
Total.....	2

Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Roberto Freire, que acrescenta o inciso XXVI ao art. 21 da Constituição Federal e os arts. 84 e 85 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para determinar a proibição do porte de armas por civis e a estatização da produção de armamentos.

(rejeitada nos termos do art. 254 do Regimento Interno)

Sessão: 27.2.2003

Projeto de Lei da Câmara nº 84, de 2002 (nº 4.514/2001, na Casa de origem), que altera os incisos I e II do art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que dispõem sobre a distribuição a Estados e Municípios da compensação financeira pela exploração de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica, acrescentando-se um parágrafo.

(rejeitado nos termos do art. 254 do Regimento Interno)

Sessão: 27.2.2003

OUTRAS DELIBERAÇÕES

De iniciativa do Senado Federal.....	8
Total.....	8

Requerimento nº 19, de 2003, de autoria dos Senadores Antonio Carlos Magalhães, Rodolpho Tourinho e César Borges, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Prefeito do Município de Euclides da Cunha, no Estado da Bahia, com apresentação de condolências à família, à Prefeitura e à Câmara de Vereadores do Município.

Sessão: 18.2.2003

Requerimento nº 20, de 2003, de autoria do Senador José Agripino, *solicitando inserção em ata de voto de profundo pesar pelo falecimento do Ex-Senador Dario Pereira, ocorrido em 30 de janeiro passado.*

Sessão: 18.2.2003

Requerimento nº 34, de 2003, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, *solicitando que seja enviado ao Jornal a Notícia, de Santa Catarina, votos de congratulações pelo seu aniversário de 80 anos no dia 23 de fevereiro de 2003.*

Sessão: 20.2.2003

Requerimento nº 39, de 2003, de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, *solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Maestro Mário Tavares, ocorrido no último dia 5 de fevereiro de 2003.*

Sessão: 21.2.2003

Requerimento nº 41, de 2003, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, *solicitando homenagens de pesar pelo falecimento de Antônio de Pádua e Silva, jornalista mato-grossense, ocorrido no dia 22 de fevereiro de 2003.*

Sessão: 24.2.2003

Requerimento nº 49, de 2003, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko e outros Senadores, *solicitando a realização de sessão especial conjunta no dia 12 de março de 2003, para comemoração do Dia Internacional da Mulher, que transcorre anualmente no dia 8 de março.*

Sessão: 26.2.2003

Requerimento nº 52, de 2003, de autoria do Senador Gerson Camata, *Solicitando que seja consignado Voto de Congratulações a Sua Excelência Reverendíssima Dom Luiz Mancilha Vilela por sua posse como Arcebispo Coadjutor da Arquidiocese de Vitória/ES, ocorrido no dia 23 de fevereiro de 2003.*

Sessão: 26.2.2003

Requerimento nº 53, de 2003, de autoria do Senador Valdir Raupp, *solicitando homenagens de pesar à família de Ivo Pedro Hoffman, Líder do Partido do Movimento Democrático Brasileiro em Rondônia.*

Sessão: 26.2.2003

SESSÕES PLENÁRIAS REALIZADAS
(17 a 28 de fevereiro de 2003)

Deliberativas ordinárias	05
Não deliberativas.....	04
Total.....	09

SUMÁRIO DAS MATÉRIAS APRECIADAS PELO SENADO FEDERAL (17 a 28 de fevereiro de 2003)

MATÉRIAS APROVADAS.....	18
Projetos aprovados e enviados à sanção	1
Projetos aprovados e enviados à Câmara dos Deputados	8
• <i>Por decisão terminativa.....</i>	8
• <i>Projeto de Lei do Senado.....</i>	8
Proposições aprovadas e enviadas à promulgação.....	9
• <i>Concessões de telecomunicações</i>	9
MATÉRIAS ENVIADAS AO ARQUIVO	5
Matérias rejeitadas e enviadas ao Arquivo	2
Matérias declaradas prejudicadas	3
TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS	23

CORRESPONDÊNCIAS EXPEDIDAS PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

Nº DO OFÍCIO	DESTINATÁRIO	ASSUNTO
Of/31/2003 SGM	Delegado Cristiano Feitosa Mendes. Delegacia da Polícia Federal no Rio Branco - AC	Encaminha cópia da Prestação de Contas do FNO, exercício de 1996, bem como o Relatório do FNO do primeiro semestre de 1996, elaborados pelo Banco da Amazônia S/A.
Of/055/2003- SGM	Desembargadora Albanira Lobato Bemerguy - Presidente em exercício do Tribunal Regional Eleitoral do Pará.	Solicita seja examinada a possibilidade de enviar a esta Secretaria-Geral a Ata Geral das Eleições de 2002 do Estado do Pará, para que conste dos Arquivos do Senado Federal, de acordo com o disposto no § 5º do art. 202 do Código Eleitoral.

**COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
(52ª LEGISLATURA)**

BAHIA		PFL	- Heráclito Fortes
PFL	- Rodolpho Tourinho	PMDB	- Mão Santa
PFL	- Antonio Carlos Magalhães	RIO GRANDE DO NORTE	
PFL	- César Borges	PTB	- Fernando Bezerra
RIO DE JANEIRO		PMDB	- Garibaldi Filho
PT	- Roberto Saturnino	PFL	- José Agripino
PL	- Marcelo Crivella	SANTA CATARINA	
PMDB	- Sérgio Cabral	PFL	- Jorge Bornhausen
MARANHÃO		PT	- Ideli Salvatti
PMDB	- João Alberto Souza	PSDB	- Leonel Pavan
PFL	- Edison Lobão	ALAGOAS	
PFL	- Roseana Sarney	PT	- Heloisa Helena
PARÁ		PMDB	- Renan Calheiros
PMDB	- Luiz Otávio	PSDB	- Teotônio Vilela Filho
PT	- Ana Júlia Carepa	SERGIPE	
PTB	- Duciomar Costa	PFL	- Maria do Carmo Alves
PERNAMBUCO		PDT	- Almeida Lima
PFL	- José Jorge	PSB	- Antonio Carlos Valadares
PFL	- Marco Maciel	AMAZONAS	
PSDB	- Sérgio Guerra	PMDB	- Gilberto Mestrinho
SÃO PAULO		PSDB	- Arthur Virgílio
PT	- Eduardo Suplicy	PDT	- Jefferson Péres
PT	- Aloizio Mercadante	PARANÁ	
PFL	- Romeu Tuma	PSDB	- Olivir Gabardo
MINAS GERAIS		PT	- Flávio Arns
PL	- Aelton Freitas	PDT	- Osmar Dias
PSDB	- Eduardo Azeredo	ACRE	
PMDB	- Hélio Costa	PT	- Tião Viana
GOIÁS		PSB	- Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	- Maguito Vilela	PT	- Marina Silva
PFL	- Demóstenes Torres	MATO GROSSO DO SUL	
PSDB	- Lúcia Vânia	PMDB	- Juvêncio da Fonseca
MATO GROSSO		PT	- Delcídio Amaral
PSDB	- Antero Paes de Barros	PMDB	- Ramez Tebet
PFL	- Jonas Pinheiro	DISTRITO FEDERAL	
PT	- Serys Slhessarenko	PMDB	- Valmir Amaral
RIO GRANDE DO SUL		PT	- Cristovam Buarque
PMDB	- Pedro Simon	PFL	- Paulo Octávio
PT	- Paulo Paim	TOCANTINS	
PTB	- Sérgio Zambiasi	PSDB	- Eduardo Siqueira Campos
CEARÁ		PFL	- João Ribeiro
PSDB	- Reginaldo Duarte	PFL	- Leomar Quintanilha
PPS	- Patrícia Saboya Gomes	AMAPÁ	
PSDB	- Tasso Jereissati	PMDB	- José Sarney
PARAÍBA		PSB	- João Capiberibe
PMDB	- Ney Suassuna	PTB	- Papaléo Paes
PFL	- Efraim Morais	RONDÔNIA	
PMDB	- José Maranhão	PMDB	- Amir Lando
ESPÍRITO SANTO		PT	- Fátima Cleide
PPS	- João Batista Motta	PMDB	- Valdir Raupp
PMDB	- Gerson Camata	RORAIMA	
PL	- Magno Malta	PPS	- Mozarildo Cavalcanti
PIAUÍ		PDT	- Augusto Botelho
PMDB	- Alberto Silva	PSDB	- Romero Jucá

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

COMPOSIÇÃO

Presidente: JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO¹

Vice-Presidente: JAYME SIROTSKY

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTE
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SORAES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO CABRAL DE ARAÚJO	CARLOS ROBERTO BERLINCK
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	MIGUEL CIPOLLA JR.
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	DANIEL KOSLOWSKY HERZ	FREDERICO BARBOSA GHEDINI
Representante da categoria profissional dos radialistas (Inciso VI)	FRANCISCO PEREIRA DA SILVA	ORLANDO JOSÉ FERREIRA GUILHON
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO	MANUEL ALCEU AFFONSO FERREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ALBERTO DINES	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JAYME SIROTSKY	JORGE DA CUNHA LIMA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	CARLOS CHAGAS	REGINA DALVA FESTA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RICARDO MORETZSOHN	ASSUNÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE

Composição atualizada em setembro de 2002

Nota:

¹ Presidente e Vice-Presidente eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 25.6.2002.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-3265

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

COMISSÕES DE TRABALHO

1 - Comissão para tratar da Regionalização da Programação da Televisão e do Rádio
(constituída na Reunião de 26/06/2002)

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)

2 - Comissão para tratar da Introdução da Tecnologia Digital na Comunicação Social
(constituída na Reunião de 26/06/2002)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) - **Coordenador**
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão) – desde 14/10/2002
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio) – desde 14/10/2002
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) – desde 14/10/2002

3 - Comissão para tratar da Radiodifusão Comunitária (constituída na Reunião de 02/09/2002)

- Regina Dalva Festa (Representante da sociedade civil) – **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)

4 - Comissão para análise da Medida Provisória nº 70, de 2002 – participação de capital estrangeiro nas empresas jornalísticas e de radiodifusão (constituída na Reunião de 14/10/2002)

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio) - **Coordenador**
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil)
- Assunção Hernandes Moraes de Andrade (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-3265

**SECRETARIA - GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES**

Diretora: CLEIDE MARIA BARBOSA F. CRUZ

Ramais: 3488 – 3489 - 3491 Fax: 1095

**SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS
E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO**

Chefe: WILL DE MOURA WANDERLEY

Ramais: 3623 Fax: 3606

Secretários: FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal 3508)

DULCÍDIA RAMOS CALHÃO (Ramal 3514)

JANICE DE CARVALHO LIMA (Ramal 3511)

IRANI RIBEIRO DOS SANTOS (Ramal 4854)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

Chefe: SÉRGIO DA FONSECA BRAGA

Ramais: 3507 - Fax: 3512

Secretários: MARIA DE FÁTIMA MAIA DE OLIVEIRA (Ramal: 3520)

CLEIDES BOAVENTURA FARIAS NERY (Ramal: 3503)

MARIA CONSUELO DE CASTRO SOUZA (Ramal: 3504)

RILVANA CRISTINA DE SOUZA MELO (Ramal: 3509)

HERMES PINTO GOMES (Ramal: 3502)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Secretários: CAE- LUIZ GONZAGA DA SILVA FILHO (Ramal: 4605)

CAS- EDNALDO MAGALHÃES SIQUEIRA - (Ramal: 4608)

CCJ- GILDETE LEITE DE MELO (Ramal: 3972)

CE- JÚLIO RICARDO BORGES LINHARES (Ramal: 4604)

CFC- JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO (Ramal: 3935)

CI- CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4354)

CRE- MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO (Ramal: 4777)

Atualizado em 27.1.2003

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Ramez Tebet (PMDB-MS)
Vice-Presidente: Senador Paulo Octavio (PFL-DF)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Flávio Arns
Eduardo Suplicy	3. Serys Slhessarenko
Delcídio Amaral	4. Duciomar Costa
Roberto Saturnino	5. Magno Malta
Antonio Carlos Valadares	6. Aelton Freitas
Geraldo Mesquita Júnior	7. (vago)
Fernando Bezerra	8. (vago)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Mão Santa	2. Luiz Otávio
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Gilberto Mestrinho	4. Gerson Camata
João Alberto Souza	5. Sérgio Cabral
Pedro Simon	6. Ney Suassuna
Valdir Raupp	7. Íris de Araújo
PFL	
César Borges	1. Antonio Carlos Magalhães
Efraim Moraes	2. Demóstenes Torres
Jonas Pinheiro	3. João Ribeiro
Jorge Bornhausen	4. José Agripino
Paulo Octavio	5. José Jorge
Rodolpho Tourinho	6. Marco Maciel
PSDB	
Antero Paes de Barros	1. Arthur Virgílio
Sérgio Guerra	2. Romero Jucá
Eduardo Azeredo	3. Lúcia Vânia
Tasso Jereissati	4. Leonel Pavan
PDT	
Almeida Lima	1. Osmar Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. João Batista Motta

Atualizado em 26/02/2003

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(29 titulares e 29 suplentes)

Presidente: Senador Romero Jucá (PSDB-RR)
Vice-Presidente: Senador Papaléo Paes (PTB-AP)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1. Delcídio Amaral
Eurípedes Camargo	2. Serys Slhessarenko
Fátima Cleide	3. Tião Viana
Flávio Arns	4. Antonio Carlos Valadares
Sibá Machado	5. Duciomar Costa
João Capiberibe	6. (vago)
Aelton Freitas	7. (vago)
Papaléo Paes	8. (vago)
PMDB	
Mão Santa	1. Garibaldi Alves Filho
Juvêncio da Fonseca	2. Hélio Costa
Íris de Araújo	3. Ramez Tebet
Sérgio Cabral	4. José Maranhão
Ney Suassuna	5. Pedro Simon
Amir Lando	6. (vago)
Renan Calheiros	7. (vago)
PFL	
Edison Lobão	1. Antonio Carlos Magalhães
Jonas Pinheiro	2. César Borges
José Agripino	3. Demóstenes Torres
Leomar Quintanilha	4. Efraim Morais
Renildo Santana	5. Jorge Bornhausen
Roseana Sarney	6. (vago)
PSDB	
Romero Jucá	1. Eduardo Azeredo
Lúcia Vânia	2. Tasso Jereissati
Teotônio Vilela Filho	3. Olivir Gabardo
Antero Paes de Barros	4. Sérgio Guerra
Reginaldo Duarte	5. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
Álvaro Dias (1)	2. (vago)
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

¹ Licenciado

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Edison Lobão (PFL-MA)
Vice-Presidente: Senador José Maranhão (PMDB-PB)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Serys Slhessarenko	1. Eduardo Suplicy
Aloizio Mercadante	2. Ana Júlia Carepa
Tião Viana	3. Sibá Machado
Antonio Carlos Valadares	4. Fernando Bezerra
Magno Malta	5. Geraldo Mesquita Júnior
Papaléo Paes	6. João Capiberibe
Marcelo Crivella	7. (vago)
PMDB	
Amir Lando	1. Ramez Tebet
Garibaldi Alves Filho	2. João Alberto Souza
José Maranhão	3. Iris de Araújo
Juvêncio da Fonseca	4. Valmir Amaral
Luiz Otávio	5. Sérgio Cabral
Pedro Simon	6. (vago)
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Efraim Morais
César Borges	2. João Ribeiro
Demóstenes Torres	3. Jorge Bornhausen
Edison Lobão	4. José Jorge
Renildo Santana	5. Rodolpho Tourinho
PSDB	
Olivir Gabardo	1. Antero Paes de Barros
Tasso Jereissati	2. Teotônio Vilela Filho
Romero Jucá	3. Leonel Pavan
PDT	
Jefferson Peres	1. Almeida Lima
PPS	
João Batista Motta	1. Mozarildo Cavalcanti

Atualizado em 26/02/2003

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Osmar Dias (PDT-PR)
Vice-Presidente: Senador Hélio Costa (PMDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Fátima Cleide	1. Tião Viana
Flávio Arns	2. Roberto Saturnino
Ideli Salvatti	3. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	4. Papaléo Paes
Duciomar Costa	5. Sibá Machado
Aelton Freitas	6. (vago)
Valmir Amaral	7. (vago)
(vago)	8. (vago)
PMDB	
Hélio Costa	1. Mão Santa
Iris de Araújo	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Juvêncio da Fonseca
Gerson Camata	4. Luiz Otávio
Sérgio Cabral	5. Valmir Amaral
José Maranhão	6. Amir Lando
Renan Calheiros	7. (vago)
PFL	
Demóstenes Torres	1. Edison Lobão
Jorge Bornhausen	2. Jonas Pinheiro
José Jorge	3. José Agripino
Leomar Quintanilha	4. Marco Maciel
Renildo Santana	5. Paulo Octavio
Roseana Sarney	6. (vago)
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Eduardo Azeredo
Reginaldo Duarte	3. Olivir Gabardo
Teotônio Vilela Filho	4. Lúcia Vânia
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres
Almeida Lima	2. Álvaro Dias (1)
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes
¹ Licenciado	

Observação: Conforme acordo de líderes anunciado na reunião da Comissão de Assuntos Econômicos de 19.2.2003, o PMDB ocupará somente 6 cadeiras na Comissão de Educação.

Atualizado em 26/02/2003

5) - COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE
(17 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
Vice-Presidente: Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Eurípedes Camargo	1. Ana Júlia Carepa
Heloísa Helena	2. Delcídio Amaral
Antonio Carlos Valadares	3. Geraldo Mesquita Júnior
Aelton Freitas	
Duciomar Costa	
Vago	
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Gilberto Mestrinho
Gerson Camata	
João Alberto Souza	
PFL	
César Borges	1. Jorge Bornhausen
Efraim Moraes	2. Paulo Octavio
João Ribeiro	
Marco Maciel	
PSDB	
Romero Jucá	1. Leonel Pavan
Antero Paes de Barros	
PDT	
Osmar Dias	1. Almeida Lima
PPS	
João Batista Motta	

Observação: Há uma indicação de membro titular excedente na composição do Bloco de Apoio ao Governo.

Atualizado em 26/02/2003.

6) - COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Magno Malta (PL-ES)

Vice-Presidente: (aguardando eleição)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Sibá Machado	1. (vago)
Eurípedes Camargo	2. (vago)
Magno Malta	3. (vago)
Aelton Freitas	4. (vago)
Marcelo Crivella	5. (vago)
PMDB	
Renan Calheiros	1. Gerson Camata
Ney Suassuna	2. Amir Lando
José Maranhão	3. Gilberto Mestrinho
Sérgio Cabral	4. (vago)
Garibaldi Alves Filho	5. (vago)
PFL	
Edison Lobão	1. Demóstenes Torres
Efraim Morais	2. Jonas Pinheiro
Leomar Quintanilha	3. José Jorge
Rodolpho Tourinho	4. Roseana Sarney
PSDB	
Lúcia Vânia	1. Teotônio Vilela Filho
Olivir Gabardo	2. Romero Jucá
Reginaldo Duarte	3. Antero Paes de Barros
PDT	
(vago)	1. (vago)
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. João Batista Motta

7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella (PL-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Eduardo Suplicy	1. Flávio Arns
Heloísa Helena	2. Fátima Cleide
João Capiberibe	3. Aloizio Mercadante
Marcelo Crivella	4. Duciomar Costa
Fernando Bezerra	5. Aelton Freitas
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Pedro Simon
João Alberto Souza	2. Ramez Tebet
Luiz Otávio	3. Valdir Raupp
Tião Viana (Cessão)	4. Juvêncio da Fonseca
Hélio Costa	5. (vago)
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Edison Lobão
João Ribeiro	2. Renildo Santana
José Agripino	3. Rodolpho Tourinho
Marco Maciel	4. Roseana Sarney
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Antero Paes de Barros
Eduardo Azeredo	2. Tasso Jereissati
Lúcia Vânia	3. Sérgio Guerra
PDT	
Jefferson Peres	1. Álvaro Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

Atualizado em 26/02/2003.

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador José Jorge (PFL-PE)
Vice-Presidente: Senador João Batista Motta (PPS-ES)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Ideli Salvatti	2. Fátima Cleide
Serys Slhessarenko	3. Heloísa Helena
Sibá Machado	4. Ana Júlia Carepa
Geraldo Mesquita Júnior	5. Duciomar Costa
Duciomar Costa	6. Fernando Bezerra
Magno Malta	7. Marcelo Crivella
PMDB	
Gerson Camata	1. Mão Santa
Amir Lando	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valmir Amaral	4. Renan Calheiros
Gilberto Mestrinho	5. (vago)
José Maranhão	6. (vago)
PFL	
João Ribeiro	1. César Borges
José Jorge	2. Jonas Pinheiro
Marco Maciel	3. Leomar Quintanilha
Paulo Octavio	4. Renildo Santana
Rodolpho Tourinho	5. Roseana Sarney
PSDB	
Leonel Pavan	1. Romero Jucá
Sérgio Guerra	2. Olivir Gabardo
Teotônio Vilela Filho	3. Reginaldo Duarte
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
PPS	
João Batista Motta	1. Mozarildo Cavalcanti

Atualizado em 26/02/2003

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

(Segunda premiação)

Presidente:

Vice-Presidente:

PMDB
Senadora Íris de Araújo
PFL
Senadora Roseana Sarney
PT
Senadora Serys Slhessarenko
PSDB
Senadora Lúcia Vânia
PDT
<i>(aguardando indicação)</i>
PTB
Senador Papaléo Paes
PSB
<i>(aguardando indicação)</i>
PL
Senador Magno Malta
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes

Atualizado em 26/02/2003

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-4569



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988

Publicação com atualização permanente.
Contém o texto constitucional de 5 de
outubro de 1988 com as alterações
introduzidas pelas Emendas Constitucionais
de Revisão, de nºs 1 a 6, e demais emendas
constitucionais

Preço por exemplar: R\$ 5,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



EDIÇÃO DE HOJE: 50 PÁGINAS